

Políticas (sócio)linguísticas e diversidade

Adriana Viana Postigo Paravisini



AGEAD
Agência de Educação
Digital e a Distância



Políticas (sócio)linguísticas e diversidade

Adriana Viana Postigo Paravisini

EaD
UFMS  DIGITAL

AGEAD
Agência de Educação
Digital e a Distância





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo Conselho Editorial da UFMS

RESOLUÇÃO nº 249-COED/AGECOM/UFMS, de 23 de agosto de 2024.

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro - Presidente

Elizabete Aparecida Marques

Alessandra Regina Borgo

Maria Lígia Rodrigues Macedo

Andrés Batista Cheung

Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz

Fabio Oliveira Roque

William Teixeira

Paulo Eduardo Teodoro

Ronaldo José Moraca

Delasnieve Miranda Daspét de Souza

Adriana Viana Postigo Paravisini

Políticas (sócio)linguísticas e diversidade

Campo Grande - MS
2024



Sobre o E-book

Este e-book faz parte do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas do **Programa UFMS Digital**, coordenado pela Agência de Educação Digital e a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Coordenação Geral

Hercules da Costa Sandim

Coordenação Pedagógica

Daiani Damm Tonetto Riedner

Álvaro José dos Santos Gomes

Darbi Masson Suficier

Desenho Instrucional

Pedro Salina Rodovalho

Projeto Gráfico e Diagramação

Maira Sônia Camacho

Revisão de Língua Portuguesa

Aline Cristina Maziero

Thyago José da Cruz



Com exceção das citações diretas e indiretas referenciadas de acordo com a ABNT NBR 10520 (2023) e ABNT NBR 6023 (2018) e dos elementos que porventura sejam licenciados de outro modo, este material está licenciado com uma [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Disciplina

Políticas (Sócio)linguísticas e Diversidade

Carga Horária

45 horas

Autoria

Fabiano Quadros Rückert

[Currículo Lattes](#)

e-mail: viana.postigo@ufms.br

Ementa

Conceitos de política linguística. A língua portuguesa em processos de colonização e descolonização linguística. Políticas linguísticas e subjetividades. Estados, entidades supranacionais e mercado na configuração de políticas linguísticas contemporâneas do português. Diversidade Cultural, Variação Linguística e Ensino de Línguas.

Objetivo Geral

▪ Apresentar aos participantes o conjunto de conceitos e políticas relacionados à diversidade linguística e como eles atuam enquanto esfera de poder. Ademais, busca-se articular esses conhecimentos na instrumentalização dos alunos para realizarem análises linguísticas, considerando as perspectivas críticas que incluam a diversidade cultural, a variação da língua, as subjetividades, entre outros elementos.

Objetivos Específicos

- Promover discussões acerca de políticas que envolvem as línguas, no Brasil e no mundo e as ações político-linguísticas do Estado;
- Analisar situações político-linguísticas locais e globais, evidenciando soluções produzidas em planejamento de corpus e em planejamento de status das línguas, seus limites e possibilidades;
- Refletir sobre a ideia de nação monolíngue e sobre suas implicações nas políticas de ensino de línguas.

SUMÁRIO

Módulo 1

8

Política Linguística e Globalização

Unidade 1 - As Línguas do Mundo no Século XXI e a Globalização

10

Unidade 2 - Política Linguística: Conceitos e Interfaces com o Estado e o Mercado

21

Módulo 2

34

Sociolinguística e Dinâmicas Normativas

Unidade 1 - *Status*, Funções Sociais das Línguas e Dinâmicas Normativas

36

Unidade 2 - Bilinguismo, Diglossia e Conflito Linguístico

40

Módulo 3

52

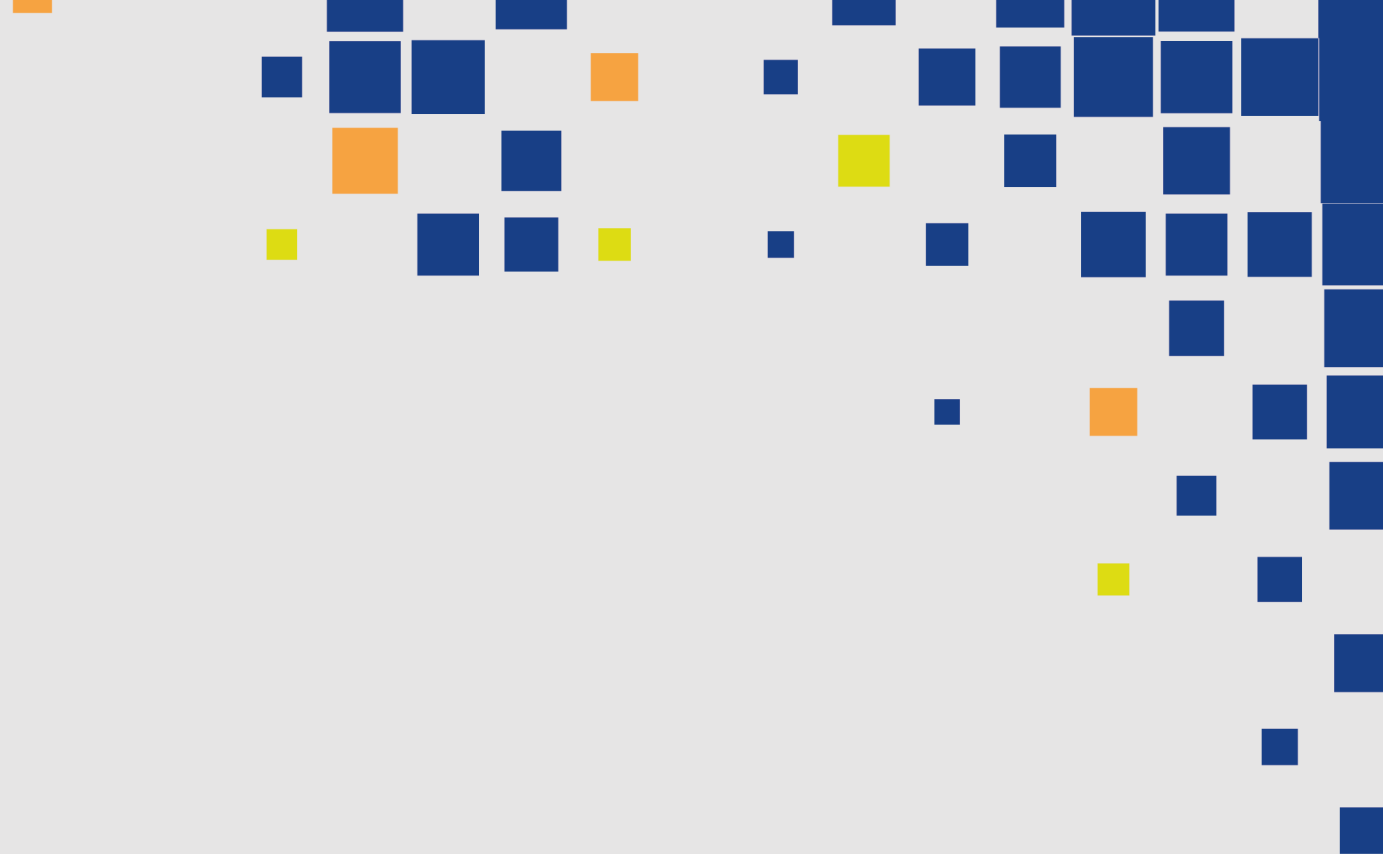
Políticas Linguísticas e Ativismo

Unidade 1 - Políticas de Ensino e Expansão do Mercado Linguístico

54

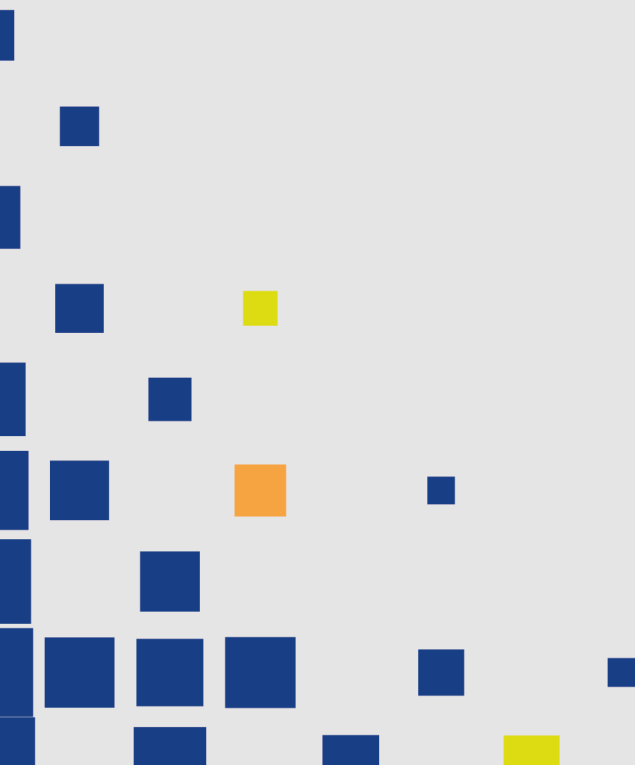
Unidade 2 - Minorias Linguísticas, Direitos Linguísticos e Ativismo

61



Módulo 1

Política Linguística e Globalização



Apresentação

Olá, estudante!

Neste Módulo 1, você irá examinar como a globalização e as políticas (sócio)linguísticas afetam a diversidade linguística. Discutiremos a interação entre o Estado e o mercado na definição do destino das línguas, destacando a importância de políticas (sócio)linguísticas inclusivas que reconheçam e valorizem a multiplicidade de línguas e identidades.

As **políticas (sócio)linguísticas** refletem ideologias profundamente enraizadas, moldando identidades culturais em contextos locais e globais. Elas podem tanto reforçar a hegemonia cultural e linguística quanto promover a diversidade e a inclusão. O Estado desempenha um papel crucial, intervindo por meio de legislação, da educação e de políticas públicas. O mercado, por sua vez, valoriza línguas com amplo alcance global, transformando habilidades linguísticas em commodities valiosas.

Para promover a inclusão e o respeito pela diversidade linguística e cultural, é necessário desenvolver políticas que reconheçam e valorizem a multiplicidade de línguas e identidades. Políticas eficazes devem ser fundamentadas em princípios de direitos linguísticos, garantindo que todas as comunidades linguísticas tenham acesso a serviços públicos, educação e meios de comunicação em suas próprias línguas.

A **globalização** representa tanto uma ameaça quanto uma oportunidade para a diversidade linguística. Enquanto promove a predominância de línguas globais como o Inglês, o Espanhol e o Português, também cria oportunidades para a expressão e (pró)revitalização de línguas em perigo de extinção.

A educação linguística crítica, juntamente com as políticas linguísticas inclusivas e uma abordagem ética para a comunicação intercultural são essenciais para preservar e celebrar a riqueza da diversidade linguística mundial.

Neste módulo, convido você a explorar essas questões, compreendendo como a globalização impacta a diversidade linguística e quais estratégias têm sido adotadas para preservar essa riqueza cultural para as futuras gerações.

Vamos lá?!

Unidade 1

As Línguas do Mundo no Século XXI e a Globalização

Nós estamos vivendo durante o século XXI, um período que iniciou em 2001 e vai até 2100. Entretanto, as pessoas, ainda, em sua grande maioria, desconhecem a diversidade linguística mundial e, também, do seu próprio país. E você? Você sabe dizer quantas línguas são faladas no mundo? E quantas línguas são faladas no Brasil ou no seu país de origem?

Para conhecermos a **diversidade linguística** no mundo é fundamental analisarmos fontes de dados confiáveis. Segundo o [The World Atlas of Languages](#) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2024), existem aproximadamente 8.324 línguas, entre faladas e sinalizadas, documentadas por governos, instituições públicas e comunidades acadêmicas.

Em contrapartida, o [Languages of the World da Ethnologue](#) registra 7.139 línguas, classificadas em categorias que refletem seu estado de vitalidade, como segue: 2.116 línguas são consideradas “vigorosas”, 1.471 “em desenvolvimento”, 534 “institucionais”, 2.032 “em apuros” e 986 “morrendo” (Eberhard; Gary; Charles, 2024).

Essa discrepância nos números ilustra a complexidade de se mapear a diversidade linguística mundial, destacando a necessidade de metodologias e critérios consistentes (padronizados ou não) para o reconhecimento oficial, destacando a urgência de ações para evitar a extinção de línguas e, ainda, promover a diversidade linguística como patrimônio imaterial da humanidade.

No que se refere ao nosso país, há muita controvérsia a respeito da quantidade exata de línguas devido aos poucos estudos linguísticos realizados e, também, à falta de atualização das informações pelos órgãos institucionais. Tal patrimônio cultural e linguístico ainda é desconhecido pela maior parte da população brasileira. Dentre os dados disponíveis, temos:



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Representação física, em miniatura, do globo terrestre, com os territórios demarcados na cor cobre.



**Cerca de 1.175
línguas na
colonização**

segundo Rodrigues (1993)

De acordo com Rodrigues (1993, p. 91), no início da colonização, havia possivelmente cerca de 1.175 línguas.

**Cerca de 150 línguas
indígenas em 2008**

segundo Moore (2008)

Segundo Moore et al. (2008, p.1-2), “embora 180 venha sendo repetido com frequência como sendo o total de línguas indígenas brasileiras, pelo critério de inteligibilidade mútua, a soma dificilmente ultrapassa 150”.

**274 línguas indígenas
em 2010**

segundo o Censo IBGE

O Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou 190.755.799 milhões de pessoas vivendo no Brasil, das quais 817.963 declaradas como indígenas, com 305 etnias distintas e 274 línguas.

**Mais de 250 línguas
no Brasil**

segundo o Iphan

O [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional \(Iphan\)](#), destaca, em seu site, “que mais de 250 línguas sejam faladas no Brasil entre indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades”. Entretanto, o Iphan ainda não divulgou uma lista com os nomes das línguas ou qualquer publicação oficial.

Em 2022, o Censo Demográfico (IBGE) registrou 1.693.535 pessoas declaradas como indígenas, correspondendo a 0,83% da população total brasileira, que é de 203.080.756 de pessoas. Estamos ansiosos pela publicação dos dados linguísticos, que, até o presente momento, não foram divulgados.

Diante da diversidade linguística do Brasil, evidenciada tanto pelos dados históricos quanto pelos censos já realizados, torna-se evidente a necessidade de um levantamento mais detalhado e atualizado das línguas faladas no país. A falta de uma lista oficial das línguas ressalta a importância de esforços contínuos para a documentação e preservação desse patrimônio imaterial.

Nesse sentido, foi instituído o “Inventário Nacional da Diversidade Linguística”, com o [Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010](#) (Brasil, 2010).

O referido decreto foi assinado pelos ministérios da Cultura (MinC), Educação (MEC), Planejamento e Gestão (MPOG), Justiça (MJ), e Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), possibilitando a criação de uma política específica para a salvaguarda da diversidade linguística brasileira.

O Iphan e o MinC já reconheceram sete línguas como “Referência Cultural Brasileira”, seis delas indígenas. Entre essas línguas está a **Asurini**, pertencente ao tronco Tupi e à família linguística Tupi-Guarani, falada pelos habitantes da Terra Indígena Trocará, às margens do rio Tocantins, em Tucuruí (PA). A língua Guarani **M’bya**, uma das três variedades modernas da língua Guarani da família Tupi-Guarani, também foi reconhecida. Outras línguas indígenas destacadas são **Nahukuá**, **Matipu**, **Kuikuro** e **Kalapalo**, todas da família linguística Karib e faladas na região do Alto Xingu (MT).

Além das línguas indígenas, a língua **Talian** também foi reconhecida. Formada a partir do contato de diversas línguas da região do Vêneto, na Itália, trazida por imigrantes no século XIX, o Talian é falado principalmente nas áreas rurais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Espírito Santo.

Aguardamos com muita expectativa que as demais línguas brasileiras também sejam reconhecidas pelo Iphan, principalmente, após o Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial em 2023 (Edital de chamamento público nº 05/2023), que possui uma linha de apoio a projetos de pesquisa sociolinguística que utilizem como referência o Guia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).



Fonte: [Wilfred Paulse](#)

Descrição da imagem: Foto de um homem indígena. Sua pele está pintada de vermelho e sua mandíbula de preto. Ele veste um adorno de penas na cabeça.

Saiba mais

O IBGE mantém um mapa da Distribuição Espacial da população indígena no Brasil. [Acesse aqui o mapa!](#) E para conhecer a classificação das línguas indígenas de acordo com a filiação genética, visite o folder organizado pelo IBGE: [acesse o folder](#).

Além do Iphan, outros institutos mobilizam esforços em prol do estudo da diversidade linguística no Brasil, dentre os quais podemos citar os seguintes:

ISA

O [Instituto Socioambiental \(ISA\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1994 por pessoas com formação e experiência reconhecida na luta por direitos socioambientais no Brasil. O ISA disponibiliza em seu site uma relevante [enciclopédia on-line sobre os povos indígenas do Brasil](#), além de importantes publicações (re)conhecidas mundialmente.

Em 2023, o ISA publicou a décima terceira edição da série [Povos Indígenas no Brasil](#), referente ao período de 2017 a 2022, cujos dados estimam que há cerca de 790 mil pessoas indígenas vivendo no Brasil de 266 etnias distintas e aproximadamente 160 línguas. Destacam-se, ainda, 115 evidências de povos indígenas isolados que não foram contabilizados.

IPOL

O [Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística \(IPOL\)](#) é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1999, com sede em Florianópolis-SC. O Instituto busca promover a preservação das línguas indígenas, de imigração e de fronteira brasileira, defendendo o direito das comunidades linguísticas de manterem suas línguas e culturas, em consonância com a [Declaração Universal dos Direitos Linguísticos](#). Em seu site, há uma lista das 22 línguas já cooficializadas em 55 municípios brasileiros (com as respectivas leis), das quais 13 indígenas, 2 de imigração e 9 **alóctones** (línguas transplantadas).

Saiba mais

Savedra e Heye (2006) definem “Alóctone” como, basicamente, língua transplantada ou língua de imigração.

Até aqui você já deve ter se dado conta que falar sobre as línguas do mundo no século XXI não é uma tarefa simples, porém é necessário refletirmos sobre o nosso papel social e político na sociedade e como lidamos com a “globalização” (e outros conceitos complementares).

Globalização

Vários termos têm sido utilizados como sinônimos de “globalização”, cada um com nuances específicas que enfatizam diferentes aspectos do fenômeno. Aqui estão alguns termos e suas respectivas referências:

Mundialização: termo frequentemente utilizado em contextos francófonos para descrever processos semelhantes aos da globalização. De acordo com Morin (2003, p. 29), a mundialização refere-se à expansão das relações econômicas, culturais e políticas para além das fronteiras nacionais, criando uma interdependência global.

Globalismo: termo utilizado para descrever a ideologia que defende e promove a globalização econômica e cultural. Segundo Bourdieu (1998, p. 77), o globalismo pode ser visto como uma forma de pensamento que sustenta a necessidade de mercados livres e a integração econômica global, frequentemente associada às políticas neoliberais.

Internacionalização: termo frequentemente utilizado em um contexto econômico e empresarial para descrever o processo pelo qual empresas e mercados expandem suas operações além das fronteiras nacionais. Segundo Chesnais (1996, p. 34), a internacionalização dos mercados financeiros e das empresas é uma das principais características da globalização contemporânea.

Transnacionalização: termo usado para destacar as conexões e atividades que ultrapassam as fronteiras nacionais, envolvendo entidades e agentes que operam em múltiplos países. De acordo com Sassen (2001, p. 51), a transnacionalização é um processo que envolve não apenas empresas, mas também movimentos sociais e redes de comunicação.

Glocalização: termo que combina “globalização” e “localização”, e refere-se à adaptação de produtos e serviços globais às especificidades locais. Segundo Robertson (1995, p. 25), a glocalização destaca como a globalização e a localidade interagem, gerando novas formas de cultura e economia híbridas.

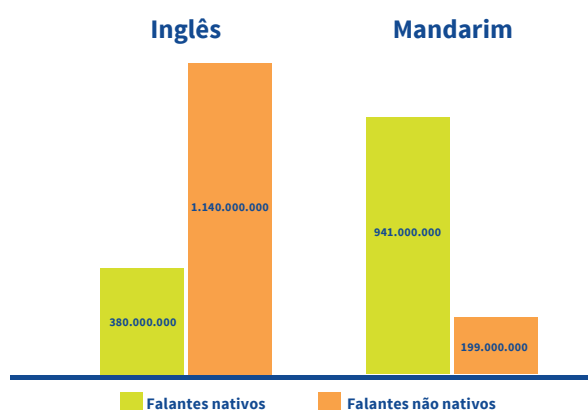
Antes disso, é necessário um esclarecimento: as expressões “políticas linguísticas” e “políticas (sócio)linguísticas” possuem nuances distintas que refletem diferentes abordagens no campo da gestão de línguas.

As **políticas linguísticas** se concentram na regulamentação e no planejamento do uso das línguas em contextos específicos, como na educação e na administração pública.

As **políticas (sócio)linguísticas** vão além das políticas linguísticas, incorporando as dinâmicas sociais e culturais que influenciam e são influenciadas pelo uso das línguas. As políticas (sócio)linguísticas reconhecem que as línguas são elementos vivos, profundamente enraizados nas práticas e nas identidades sociais das pessoas, e, portanto, devem abordar questões de poder, identidade e inclusão. Segundo Calvet (2007), as “políticas (sócio)linguísticas” são particularmente adequadas ao contexto atual de valorização das línguas e da diversidade linguística, pois consideram a complexidade das interações sociais e a importância de promover a equidade e o respeito pela diversidade cultural. Dessa forma, enfatizam não apenas a preservação das línguas, mas também a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as línguas e culturas possam florescer e ser valorizadas.

Na sua opinião, qual é a língua mais falada no mundo: inglês ou mandarim?

Se você respondeu: “depende do critério utilizado para comparação”, acertou! De acordo com os dados estatísticos, se considerarmos apenas a quantidade de falantes nativos, o Mandarim é o mais falado, porém se considerarmos falantes nativos e não nativos, então será o Inglês. Confira o gráfico:



Fonte: [Ethnologue \(2024\)](#)

Descrição do gráfico: Inglês tem 380 milhões enquanto Mandarim tem 941 milhões de falantes nativos. Em relação aos falantes não nativos, Inglês chega ao número de 1 bilhão e 140 milhões, enquanto o Mandarim tem 199 milhões.

O chinês mandarim é a língua mais falada no mundo quando consideramos apenas a quantidade de falantes nativos, devido à grande população da China. O Mandarim é a maior das macrolínguas chinesas, que incluem treze línguas diferentes com um sistema de escrita e literatura compartilhados, como Wu e cantonês.

Por outro lado, o inglês é a língua mais falada do mundo se considerarmos tanto os falantes nativos quanto os não-nativos. Isto se deve inicialmente à influência colonial do Império Britânico e, posteriormente, à difusão da cultura americana. O inglês é falado em 146 países, o que é uma grande diferença em relação aos 38 países onde o mandarim é falado. Essa distribuição global se deve ao grande número de falantes não-nativos do inglês, especialmente na África.

Por muito tempo temos concordado e aceitado o inglês como a língua mais utilizada no mundo, principalmente como língua hipercêntrica nas ciências e na educação superior. O pesquisador **Rainer Enrique Hamel** tem apresentado discussões importantes sobre os problemas decorrentes da globalização do Inglês. Hamel (2013) destaca a transição histórica de um modelo plurilíngue restrito para a predominância do inglês, questionando, assim, os impactos dessa mudança.

Saiba mais

Hamel é professor de linguística na Universidade Autônoma Metropolitana de Iztapalapa. É pesquisador de Antropologia Linguística, Sociolinguística e Análise de discurso. Saiba mais em link.ufms.br/PwQ5U

A humanidade atualmente enfrenta uma escolha crucial: adotar o monopólio do inglês, excluindo outras línguas das ciências, ou avançar para a valorização da diversidade linguística, discursiva e cultural, discutindo as possíveis consequências de cada caminho.

De acordo com Hamel (2013), o **monolinguismo** em inglês apresenta riscos teórico-epistemológicos para a criatividade científica, aumenta as assimetrias de poder e o conhecimento entre comunidades linguísticas e impacta negativamente a cooperação internacional simétrica, fundamentando a oposição ao monolinguismo. O pesquisador critica estudos que consideram publicações indexadas como representativas do campo científico, apontando um viés significativo que não reflete a verdadeira distribuição e uso das línguas na ciência.

A distribuição das línguas nas ciências mudou drasticamente ao longo do século XX, com o inglês assumindo uma posição dominante. Hamel (2013) examina o impacto dessa hegemonia em diferentes disciplinas científicas, mostrando como as outras línguas foram marginalizadas. O pesquisador enfatiza a necessidade de reforçar o uso do espanhol, do português e de outras línguas na ciência e na educação superior na América Latina, destacando as particularidades do México e do Brasil nas hierarquias linguísticas globais. A diversidade linguística é de suma importância para a autonomia e o desenvolvimento científico e econômico e deve ser preservada e fortalecida no campo das ciências e na educação superior.

Vídeo

No México, por exemplo, há 69 línguas nacionais. [Assista ao vídeo!](#)

Para aprofundar a compreensão sobre o impacto da **globalização** nas línguas, é essencial discutir detalhadamente este conceito. Ianni (2002, p. 34) define globalização como um processo histórico de expansão das relações capitalistas que abrange não só a economia, mas também os aspectos culturais, sociais e políticos em escala global. Este processo promove uma interconexão crescente entre as diferentes regiões do mundo, tornando os eventos locais influenciados por dinâmicas globais e vice-versa.

De acordo com Giraud (2007), globalização é um fenômeno social onipresente que influencia diretamente os comportamentos individuais e coletivos, as formas de pensar, as crenças, as identidades e as formas de institucionalização.

A globalização, então, manifesta-se por intermédio de uma série de mecanismos sociais que atuam de forma diferenciada em diversos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos ao redor do mundo. Esses mecanismos incluem a globalização das interações, das cadeias de consequências, das orientações culturais e da consciência global, que transformam profundamente as sociedades e suas estruturas de poder.

A globalização é vista, portanto, como uma força que reconfigura as dinâmicas existentes sem necessariamente substituí-las, afetando todas as esferas dos sistemas sociais.

Este fenômeno global tem remodelado as interações humanas em múltiplos níveis, influenciando de maneira significativa as culturas e as línguas ao redor do mundo. Este processo, caracterizado pela intensificação dos fluxos globais de capital, tecnologia, informações e pessoas, tem efeitos profundos e complexos sobre a diversidade linguística mundial. A questão central que emerge neste contexto é: **como a globalização influencia a diversidade linguística mundial?** Vejamos as explicações dos autores a seguir.

Rajagopalan (2003)

Para Rajagopalan (2003, p. 73), a globalização implica a dominação de certas línguas, em especial o inglês, o que pode levar à marginalização de línguas locais. Esta predominância do inglês como língua franca global, impulsionada pelo comércio internacional e pela comunicação digital, representa uma ameaça direta à diversidade linguística.

Buzato (2006)

De acordo com Buzato (2006, p. 119), a globalização também pode criar espaços para o surgimento e a revitalização de línguas, a partir de movimentos sociais e da mídia digital, que proporcionam novas plataformas para a expressão linguística e cultural.

Makoni e Pennycook (2005)

Os autores argumentam que a globalização desafia as noções tradicionais de língua, cultura e identidade, levando a uma reconfiguração das práticas linguísticas. As línguas tornam-se híbridas, absorvendo elementos uns dos outros em um processo dinâmico de intercâmbio cultural.

Cavalcanti (2007)

A autora destaca a importância da educação linguística crítica para equipar os falantes com habilidades necessárias para navegar nesse cenário complexo, promovendo conscientização sobre os impactos da globalização na língua e, consequentemente, na cultura.

Bagno (2002)

Bagno (2002, p. 88) enfatiza o papel das políticas linguísticas na defesa da diversidade linguística. O autor defende a implementação de políticas que reconheçam e valorizem a riqueza das variedades linguísticas, como forma de resistir à homogeneização cultural. A valorização de línguas minoritárias e indígenas, por meio de políticas de educação bilíngue e multilíngue, é muito importante para a manutenção da diversidade linguística.

Gomes de Matos (2000)

Gomes de Matos (2000, p. 55) ressalta a responsabilidade ética na comunicação intercultural promovida pela globalização. O autor defende que o respeito mútuo e o entendimento entre diferentes culturas e línguas são fundamentais para a convivência harmoniosa em um mundo globalizado.

A globalização, assim, influencia a diversidade linguística mundial de formas complexas e multifacetadas. Enquanto promove a **predominância** de línguas globais, como o inglês, também cria oportunidades para a expressão e **revitalização** de línguas locais. A educação linguística crítica, as políticas linguísticas inclusivas e uma abordagem ética para a comunicação intercultural são essenciais para navegar entre os desafios e as oportunidades apresentadas pela globalização às línguas do mundo.

A valorização da diversidade linguística em meio à globalização exige um esforço consciente e coordenado de várias frentes da sociedade. As instituições educacionais, em particular, desempenham importante papel na promoção da consciência linguística e cultural. Programas educacionais que incorporam o ensino de línguas minoritárias e estrangeiras, além de práticas de letramento multilíngue/plurilíngue e multicultural, podem enriquecer a experiência de aprendizagem dos alunos, preparando-os para um mundo cada vez mais interconectado.

Além da educação formal, as mídias e as tecnologias digitais também oferecem plataformas eficientes para a promoção da diversidade linguística. Redes sociais, blogs e outras mídias permitem que comunidades linguísticas, especialmente aquelas em risco de extinção, documentem e compartilhem suas línguas e culturas com um público global.

Este tipo de visibilidade pode gerar interesse e apoio para esforços de (pró)revitalização linguística e preservação cultural.

No entanto, a promoção da diversidade linguística também enfrenta muitos desafios. A pressão econômica e política frequentemente favorece línguas de maior prestígio e utilidade internacional, como o inglês, em detrimento de línguas locais. Isso pode levar à perda gradual da identidade linguística e cultural de comunidades minoritárias. Portanto, políticas (sócio)linguísticas eficazes são necessárias para garantir que línguas minoritárias recebam o reconhecimento e o apoio necessários para a sua sobrevivência e florescimento.

Importante

O reconhecimento legal de línguas minoritárias, a instalação de programas de educação bilíngue e a inclusão de línguas locais em espaços públicos e oficiais são medidas que podem ajudar a contrabalançar as forças homogeneizadoras da globalização. Além disso, o apoio a traduções e publicações em línguas minoritárias pode contribuir para a sua valorização e o seu uso contínuo.

A interação entre a globalização e a diversidade linguística não apenas desafia as comunidades a manterem suas identidades linguísticas, mas também oferece um terreno fértil para a inovação e o intercâmbio cultural. Moita Lopes (2003, p. 92) argumenta que a globalização, ao promover o contato entre diferentes culturas e línguas, possibilita a emergência de novas identidades híbridas e práticas linguísticas, reconfigurando as fronteiras culturais e sociais. Essa perspectiva ressalta a capacidade adaptativa e criativa das comunidades frente aos desafios da homogeneização.

No **contexto brasileiro**, a questão da diversidade linguística assume contornos específicos em razão da quantidade expressiva de línguas indígenas, línguas de imigração e variantes do português. Lucchesi (2009, p. 157) chama atenção para a necessidade de políticas linguísticas que reconheçam e valorizem essa diversidade, como forma de resistir à pressão da globalização para uma uniformidade linguística. A promoção de uma educação que valorize o multilinguismo e a multiculturalidade pode contribuir significativamente para a preservação da diversidade linguística no Brasil.

Além disso, é fundamental considerar o papel das tecnologias digitais na reconfiguração das práticas linguísticas contemporâneas. Couto (2011, p. 45) destaca como as mídias sociais e outras plataformas digitais tornaram-se espaços vitais para a expressão e manutenção de línguas minoritárias e regionais, permitindo que comunidades dispersas se conectem e compartilhem suas tradições linguísticas e culturais.

Em contrapartida, a globalização e o avanço tecnológico também trazem desafios para a diversidade linguística. Souza (2014, p. 60) alerta para o risco de que as línguas globais dominantes, como o inglês, subjuguem ainda mais as línguas locais nas esferas digitais, reforçando as desigualdades linguísticas e culturais.

Portanto, a luta pela preservação da diversidade linguística em um mundo globalizado é multifacetada e exige ações coordenadas em vários níveis, desde políticas públicas até iniciativas locais e individuais. A celebração da diversidade linguística como um valor intrínseco à humanidade é fundamental para garantir que as línguas do mundo, em toda a sua riqueza e complexidade, continuem a existir para as gerações futuras.

Unidade 2

Conceitos Transculturais Aplicados ao Ensino e Aprendizagem de Línguas



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: A ilustração exibe uma mesa rodeada por pessoas e sobre a qual há várias representações de línguas, com balões de fala com diferentes letras e emojis.

É muito importante que você compreenda, a partir de agora, que as políticas (sócio)linguísticas não são meras formalidades administrativas, pois elas refletem e perpetuam as ideologias linguísticas profundamente enraizadas, moldando as identidades culturais em constante interação com o Estado e, também, com o mercado.

Refleta por um momento: como a globalização afeta a forma como as línguas são usadas e percebidas em diferentes comunidades?

Por um lado, a globalização promove o uso de línguas globais, como o inglês, o espanhol ou o português, facilitando a comunicação internacional e aumentando o prestígio dessas línguas, porém este uso pode marginalizar e reduzir o número de falantes de línguas locais ou minoritárias.



Por outro lado, a globalização oferece oportunidades para a (pró)revitalização e promoção dessas línguas menos prestigiadas por intermédio de plataformas digitais e, também, pelos movimentos culturais ao redor do mundo.



No cenário atual, marcado pela intensificação da globalização, as políticas (sócio)linguísticas emergem como campo vital de estudo e ação, situando-se na intersecção de complexas dinâmicas culturais, sociais e econômicas.

Segundo Spolsky (2004, p. 14), as políticas (sócio)linguísticas servem como veículos para a promoção de línguas dominantes, muitas vezes em detrimento de línguas minoritárias, refletindo assim hierarquias sociais e poderes já (pré)estabelecidos. Nesse sentido, as políticas linguísticas podem tanto reforçar a hegemonia cultural e linguística quanto promover a diversidade e a inclusão, dependendo de como são concebidas e realizadas.

A globalização, enquanto uma força motriz da mudança social, tem implicações profundas para as línguas do mundo, influenciando não apenas como elas são usadas e percebidas, mas também como são valorizadas e protegidas. Nesse contexto, a relação entre política linguística, o Estado e o mercado assume uma relevância sem precedentes, moldando o destino de línguas e, por extensão, de suas comunidades falantes.

Calvet (2007, p. 89) argumenta que, ao escolher as línguas oficiais e promover certas línguas no sistema educacional, por exemplo, o Estado pode tanto preservar línguas ameaçadas quanto contribuir para a sua marginalização. As decisões geralmente se baseiam em motivos políticos, históricos e econômicos.

Na sua opinião, qual é o papel do mercado na valorização de certas línguas em detrimento de outras?

Bom, se você respondeu com algo relacionado a “dinheiro” e outros bens materiais, acertou!

O mercado desempenha um papel relevante na valorização de certas línguas em detrimento de outras ao favorecer línguas com maior alcance global e utilidade econômica, como o inglês, o mandarim, o espanhol, entre outras.

No contexto do capitalismo avançado, habilidades em línguas amplamente faladas são vistas como valiosas **commodities**, aumentando as oportunidades de emprego e negócios.

Saiba mais

Commodities são bens ou produtos básicos que são uniformes em qualidade e produzidos em grandes quantidades, sendo intercambiáveis independentemente de quem os produz. Eles são comercializados em mercados globais, onde seu preço é determinado pela oferta e demanda. Exemplos comuns de commodities incluem petróleo, ouro, café, trigo e cobre. No contexto econômico, commodities podem também se referir a serviços ou habilidades que são altamente valorizados e comercializados, como a proficiência em uma língua global como o inglês.

A nova economia, caracterizada pela produção **just-in-time**, exige uma comunicação eficiente entre a produção e o consumo, valorizando a presença de múltiplas línguas nos mercados. As tecnologias multicanais, como a internet e a televisão digital, permitem autoria variada e consumo segmentado, criando novas comunidades de consumidores.

Saiba mais

Traduzido literalmente como “bem na hora”, essa é uma metodologia de produção que compra, produz, transporta etc. seus produtos conforme a necessidade, evitando estocagem e desperdício.

O Programa Ibero-americano de Difusão da Língua Portuguesa, iniciado em 2019 pela Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), promove o Congresso Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola (CILPE). Este programa visa destacar a importância das línguas portuguesa e espanhola no cenário global, reconhecendo a comunidade de quase 800 milhões de falantes.

Estudos mais recentes têm evidenciado o crescimento e a relevância geoestratégica dessas línguas, com previsões de aumento significativo no número de falantes de português, especialmente na África. A proximidade cultural e linguística entre o espanhol e o português reforça a importância de pensar essas línguas em conjunto, considerando o contexto da [Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas \(ONU\)](#), que valoriza a diversidade cultural e a educação inclusiva e equitativa.

Os mercados linguísticos, assim, estão em constante rearranjo, impulsionados pelas mudanças nos contextos de produção e consumo. Segundo Oliveira (2010, p. 25), “cada língua que entra no sistema se encontra em grau de standardização diferente, de modo que as pressões ocorrerão sobre aspectos diferentes em cada língua”. Isso mostra a necessidade de políticas (sócio)linguísticas que sejam eficazes às exigências específicas de cada mercado.

Vale destacar ainda que a centralidade das línguas na nova economia é evidenciada pela criação de bancos de dados de línguas (principalmente as minoritárias) e pelo reconhecimento de línguas como patrimônio e referência cultural.

Essas reflexões contribuem para aprofundar a nossa compreensão a respeito das políticas (sócio)linguísticas e suas interfaces com o Estado e o mercado, incentivando uma análise crítica das dinâmicas que influenciam a diversidade linguística em um mundo cada vez mais interconectado.

Para promover a inclusão e o respeito pela diversidade linguística e cultural, é necessário desenvolver políticas (sócio)linguísticas que reconheçam e valorizem a multiplicidade de línguas e identidades.

De acordo com May (2012, p. 158), as políticas mais eficazes devem ser fundamentadas em princípios de direitos linguísticos, garantindo que todas as comunidades linguísticas tenham acesso a serviços públicos, educação e meios de comunicação em suas próprias línguas.



Linha Temporal de Documentos sobre Direitos Humanos e Linguísticos. Todos esses documentos, adotados ao longo de décadas, formam a base para a proteção e promoção dos direitos humanos, incluindo os direitos linguísticos e culturais, em âmbito internacional:

- **1948 | Declaração Universal dos Direitos Humanos:** documento fundamental que proclama os direitos humanos básicos a serem universalmente protegidos. Assista ao vídeo para saber mais.
- **1950 | Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais:** acordo estabelecido para proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais na Europa.
- **1966 | Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos:** trata dos direitos civis e políticos dos indivíduos, complementando a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- **1966 | Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:** complementa a Declaração Universal dos Direitos Humanos, focando nos direitos econômicos, sociais e culturais.
- **1987 | Declaração do Recife:** um marco específico que aborda os direitos linguísticos e culturais dos povos.
- **1989 | Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho:** trata sobre os direitos dos povos indígenas e tribais, incluindo aspectos culturais e linguísticos.
- **1990 | Declaração Universal dos Direitos Coletivos dos Povos:** proclama os direitos coletivos das comunidades e povos, destacando a importância da preservação cultural e linguística.
- **1991 | Declaração Final da Assembleia Geral da Federal Internacional de Professores de Línguas Vivas:** aborda questões relacionadas à educação e aos direitos linguísticos.
- **1992 | Resolução 47/135, de 18 de dezembro de 1992, da Assembleia Geral das Nações Unidas:** documento que reforça os direitos das minorias nacionais.

- **1992 | Convenção do Conselho de Ministros do Conselho da Europa:** documento europeu voltado para a proteção dos direitos humanos e das minorias.
- **1993 | Declaração de Cimeira do Conselho da Europa:** enfatiza a importância da proteção das minorias nacionais e seus direitos.
- **1994 | Relatório da Comissão dos Direitos Humanos do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas:** relatório que aborda questões de direitos humanos, incluindo aspectos linguísticos e culturais.
- **1994 | Convenção-quadro para a proteção das minorias nacionais:** convenção específica do Conselho da Europa que visa proteger os direitos das minorias nacionais.

Os direitos linguísticos são um conjunto de direitos humanos fundamentais que garantem o uso e a preservação das línguas, especialmente aquelas de comunidades minoritárias. Esses direitos são essenciais para a manutenção da identidade cultural e a promoção da diversidade linguística no mundo.

A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas. Ninguém pode ignorar a lei linguística que dispõe de seu corpo de juristas (os gramáticos) e de seus agentes de imposição e de controle (os professores), investidos do poder de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho linguístico dos sujeitos falantes (Bourdieu, 2008, p. 32).

Hamel (2010, p. 45) destaca que “os direitos linguísticos devem ser considerados como parte integrante dos direitos humanos universais, pois a língua é um componente essencial da identidade individual e coletiva”. Essa perspectiva sublinha a importância de proteger as línguas minoritárias contra a discriminação e a marginalização.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a pluralidade linguística e cultural como um direito fundamental. Abreu (2018, p.12) aponta que “a Constituição Brasileira reconhece e protege os direitos linguísticos das comunidades indígenas, assegurando a preservação de suas línguas e culturas”. Este reconhecimento constitucional favorece a implementação de políticas públicas que promovam a diversidade linguística.

Apesar do reconhecimento formal, a prática efetiva dos direitos linguísticos enfrenta diversos **desafios**. Costa (2023, p. 30) argumenta que “a comunidade surda, por exemplo, enfrenta barreiras significativas na integração social devido à falta de políticas eficazes

que garantam o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todos os setores da sociedade”. Essas barreiras evidenciam a necessidade de ações pragmáticas para efetivar os direitos linguísticos na prática.



Fonte: [Freepik](#)

Saiba mais

Você conhece a “Campanha pelos Direitos Linguísticos dos Surdos nas Mídias Televisivas e Virtuais”? Saiba mais sobre a campanha [assistindo ao vídeo](#). Leia também a descrição do vídeo.

Descrição da imagem: Foto de uma mulher negra fazendo um sinal com os dedos indicadores e olhando para o lado com feição frustrada.

As políticas linguísticas, portanto, abrangem o conjunto de práticas, atitudes e decisões adotadas por entidades governamentais, representadas pelo Estado, e, também, pelas organizações e comunidades para regular o uso, o ensino e a disseminação de línguas em uma sociedade.

Conforme definido por Spolsky (2009, p. 5), a política linguística é um esforço consciente para influenciar o comportamento linguístico de uma comunidade, com o objetivo de promover, desestimular ou manter determinadas práticas linguísticas. Esse esforço reflete valores culturais, econômicos e políticos e pode ser direcionado para a preservação de línguas em risco, a promoção de uma língua nacional ou oficial ou o suporte ao multilinguismo.

Um aspecto crucial da política linguística é a distinção entre planejamento de status e planejamento de *corpus*. O planejamento de status refere-se às decisões sobre o papel e o status de uma língua dentro de uma comunidade ou país, como a escolha de uma língua oficial, a regulamentação de línguas em domínios públicos e a determinação de direitos linguísticos (Cooper, 1989, p. 45). Já o planejamento de corpus envolve intervenções na própria língua, como a criação de novos termos, a padronização ortográfica e gramatical e a elaboração de dicionários e outros materiais didáticos e paradidáticos (Corson, 1999, p.32).

Exemplos de políticas (sócio)linguísticas podem ser observados em diversos contextos ao redor do mundo, englobando desde contextos locais até contextos internacionais:

1. No **Brasil**, as Leis Brasileiras de Cooficialização de Línguas permitem que municípios declarem línguas indígenas ou de imigração cooficiais ao lado do português, reconhecendo a importância dessas línguas para a identidade cultural local. Confira o Catálogo de Leis de Cooficialização por Língua, disponível no [Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas](#). Para saber mais sobre as línguas cooficializadas no Brasil, [assista ao vídeo](#).
2. O [Celpe-Bras](#) também faz parte de políticas ao promover a língua portuguesa internacionalmente e garantir que estrangeiros que desejam estudar ou trabalhar no Brasil tenham a proficiência necessária.
3. O [IBSA](#) (*India, Brazil and South Africa*) é um fórum que reúne Índia, Brasil e África do Sul, três grandes democracias e economias importantes de diferentes continentes, enfrentando desafios semelhantes. Essas três nações são países em desenvolvimento, caracterizados por serem pluralistas, multiculturais, multiétnicos, multilíngues e multirreligiosos.
4. Na Índia, a complexa configuração linguística levou à adoção de uma política de multilinguismo, com o hindi e o inglês como línguas oficiais, além do reconhecimento de 21 outras línguas como oficiais em diferentes estados, promovendo assim a diversidade linguística e cultural do país (Khanna, 2005, p. 67).

A posição de cada país e de cada língua dependerá de sua capacidade de capitalizar o trabalho vivo imaterial, o saber e o conhecimento, e também da possibilidade de reverter os custos do saber e do conhecimento acerca dos preços relativos, verdadeiros veículos da chamada ‘troca desigual’ entre os novos centros e as novas periferias, entre as novas regiões Norte e Sul. (Marazzi, 2009, p. 65)

Essas reflexões sublinham a importância das políticas (sócio)linguísticas não apenas para a estrutura linguística de uma sociedade, mas também para sua coesão social, identidade cultural e desenvolvimento econômico. Ao reconhecer e abordar as necessidades linguísticas de uma população diversificada, as políticas (sócio)linguísticas podem promover a inclusão, o entendimento mútuo e o respeito pela diversidade cultural.

Makoni e Pennycook (2005) argumentam que a globalização desafia as noções tradicionais de língua, cultura e identidade, levando a uma **reconfiguração das práticas linguísticas**. As línguas se tornam híbridas, absorvendo elementos uns dos outros em um

processo dinâmico de intercâmbio cultural. Cavalcanti (2007) destaca a importância da educação linguística crítica para equipar os falantes com habilidades necessárias para navegar nesse cenário complexo, promovendo uma maior consciência sobre os impactos da globalização na língua e cultura.

Por fim, Gomes de Matos (2000, p. 55) ressalta a responsabilidade ética na comunicação intercultural promovida pela globalização. O autor defende que o respeito mútuo e o entendimento entre diferentes culturas e línguas são fundamentais para uma convivência harmoniosa em um mundo globalizado.

A análise crítica das dinâmicas linguísticas e a elaboração de políticas informadas por princípios de direitos humanos são fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos e aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização. Assim, tanto o Estado quanto o mercado desempenham papéis importantes na promoção de políticas (sócio) linguísticas eficazes que valorizem e protejam a diversidade linguística.

Considerações finais

A diversidade linguística no mundo é vasta e reflete a imensa riqueza cultural da humanidade. Existem milhares de línguas faladas globalmente, com números variando conforme as fontes e metodologias utilizadas. Esses números ilustram a diversidade de línguas que formam o patrimônio cultural global e destacam a necessidade de reconhecimento e preservação dessas línguas para garantir a continuidade das culturas e identidades que elas representam.

No Brasil, a diversidade linguística é particularmente notável, com centenas de línguas indígenas faladas por diversas etnias. Contudo, há a necessidade urgente de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados sobre as línguas no país. Nossa complexidade linguística inclui não apenas as línguas indígenas, mas também as línguas de imigração, as variantes do português e as línguas de sinais.

A preservação e a valorização das línguas são fundamentais. Iniciativas como o “Inventário Nacional da Diversidade Linguística”, instituído pelo Decreto nº 7.387 de 9 de dezembro de 2010, são passos importantes para salvaguardar essa herança. Este inventário visa reconhecer e proteger a diversidade linguística brasileira, promovendo políticas específicas para sua salvaguarda. Além disso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Ministério da Cultura (MinC) já reconheceram sete línguas como “Referência Cultural Brasileira”, destacando a importância dessas iniciativas para a valorização e preservação das línguas minoritárias e indígenas.

A **globalização** tem um impacto dual na diversidade linguística:

- 1** Promove a predominância de línguas globais como o inglês, o que pode marginalizar línguas locais e reduzir a diversidade linguística. Este fenômeno é impulsionado pelo comércio internacional, pela comunicação digital e pela hegemonia cultural das línguas dominantes.
- 2** Por outro lado, a globalização também cria oportunidades para a (pró)revitalização linguística a partir de movimentos sociais e das mídias digitais, que proporcionam novas plataformas para a expressão linguística e cultural.

Este duplo impacto sublinha a importância de políticas e iniciativas que possam equilibrar esses efeitos, promovendo a diversidade linguística em um mundo globalizado.

A globalização pode silenciar línguas, mas também pode ser o palco de sua revitalização.”

A **educação linguística crítica** e as **políticas linguísticas inclusivas** são essenciais para enfrentar os desafios da globalização. Políticas que reconheçam e valorizem a diversidade linguística são importantes para promover a resistência à homogeneização cultural e a inclusão social. A educação linguística crítica visa equipar os falantes com as habilidades necessárias para navegar no cenário complexo da globalização, promovendo uma maior consciência sobre os impactos da globalização na língua e na cultura. Essas políticas devem ser fundamentadas em princípios de direitos linguísticos, ao garantir que todas as comunidades linguísticas tenham acesso a serviços públicos, educação e meios de comunicação em suas próprias línguas.

As instituições educacionais têm um papel vital na promoção da consciência linguística e cultural. Programas educacionais que incorporam o ensino de línguas minoritárias e estrangeiras, além de práticas de letramento multilíngue e multicultural, podem enriquecer a experiência de aprendizagem dos alunos, preparando-os para um mundo cada vez mais interconectado.

As mídias e as tecnologias digitais oferecem plataformas específicas para a promoção e preservação da diversidade linguística. Redes sociais, blogs e outras formas de mídia digital permitem que comunidades linguísticas, especialmente aquelas em risco de extinção, documentem e compartilhem suas línguas e culturas para um público global, gerando interesse e apoio para esforços de (pró)revitalização linguística e preservação cultural.

A promoção da **diversidade linguística** enfrenta desafios significativos, incluindo pressões econômicas e políticas que favorecem as línguas de maior prestígio e utilidade internacional. A proposição e efetivação de políticas (sócio)linguísticas eficazes, o reconhecimento legal de línguas minoritárias, e programas de educação bilíngue são necessários para contrabalançar essas forças. As políticas (sócio)linguísticas devem ser flexíveis e adaptáveis às necessidades específicas de diferentes comunidades, promovendo o diálogo e a participação ativa de grupos minoritários na formulação e aplicação dessas políticas. Além disso, o apoio a traduções e publicações em línguas minoritárias pode contribuir para sua valorização e uso contínuo.

A diversidade linguística no mundo e no Brasil é uma riqueza cultural que deve ser preservada e valorizada. Com políticas linguísticas inclusivas, educação crítica, e iniciativas globais coordenadas, é possível promover e proteger essa diversidade em um mundo cada vez mais globalizado. A preservação das línguas não é apenas uma questão de patrimônio cultural, mas também de identidade, dignidade e direitos humanos. Assim, devemos continuar a trabalhar para garantir que todas as línguas e as culturas que elas representam possam continuar existindo e serem transmitidas às futuras gerações.

Até a próxima!

Referências

- ABREU, M. R. de. **A Língua Portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.
- BAGNO, M. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BRASIL. Constituição **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.
- BUZATO, M. A internet e a reconfiguração do campo das práticas discursivas escolares: o caso dos projetos de letramento em cultura digital na escola pública brasileira. In: BUZATO, M. A. (org.). **Cultura digital e escola: pesquisa e práticas com educação digital**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 119-140.
- CALVET, L. J. **Linguagem e políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CAVALCANTI, M. C. **Educação, língua materna e educação bilíngue: desafios para a escola e para o professor**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- COOPER, R. L. **Language planning and social change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- CORSON, D. **Language policy across the curriculum**. Clevedon: Multilingual Matters, 1999.
- COSTA, W. A. **Linguística Aplicada**. São Paulo: Contexto, 2023.
- COUTO, H. H. de. **Sociolinguística: Introdução Crítica**. São Paulo: Contexto, 2011.
- EBERHARD, David M.; GARY, Simons; CHARLES, Fennig (org.). Languages of the World. **Ethnologue**, 2024.
- GIRAUD, O. Globalização vista do norte e do sul: quais os seus mecanismos sociais?. **Caderno CRH**, v. 20, n. 51, 2007. p 389–399. Disponível em: <https://link.ufms.br/8zbKY>.
- GOMES DE MATOS, F. **Comunicação ética: uma nova dimensão para os direitos humanos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2000.
- HAMEL, R. E. **Políticas de Lenguas y Educación Intercultural**. México: Siglo XXI Editores, 2010.
- IANNI, O. **A Sociologia do Desenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <https://link.ufms.br/bONFQ>. Acesso em: 05 jun. 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**. Disponível em: <https://link.ufms.br/sHh91>. Acesso em: 05.jun 2014

ISA. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://link.ufms.br/v9EzV>. Acesso em: 05 jun. 2024.

KHANNA, L. **Multilingualism and language policy in india**. New Delhi: Sage Publications, 2005.

LUCCHESI, D. **O português afro-brasileiro: uma perspectiva sincrônica**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing and reconstituting languages. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK. **Disinventing and reconstituting languages. Clevedon: Multilingual matters**, 2005. **p. 1-41**.

MARAZZI, C. **O lugar das meias**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

MAY, S. **Language and minority rights: ethnicity, nationalism and the politics of language**. 2. ed. New York: Routledge, 2012.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade na sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MOORE, D.; GALUCIO, A. V. ; GABAS JÚNIOR, N. O desafio de documentar e preservar as línguas indígenas. **Scientific American Brasil**, n. 3, 2008. **p. 36-43**.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. 18. ed. São Paulo: Ática, 2010.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RODRIGUES, A. D. **A língua dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1993.

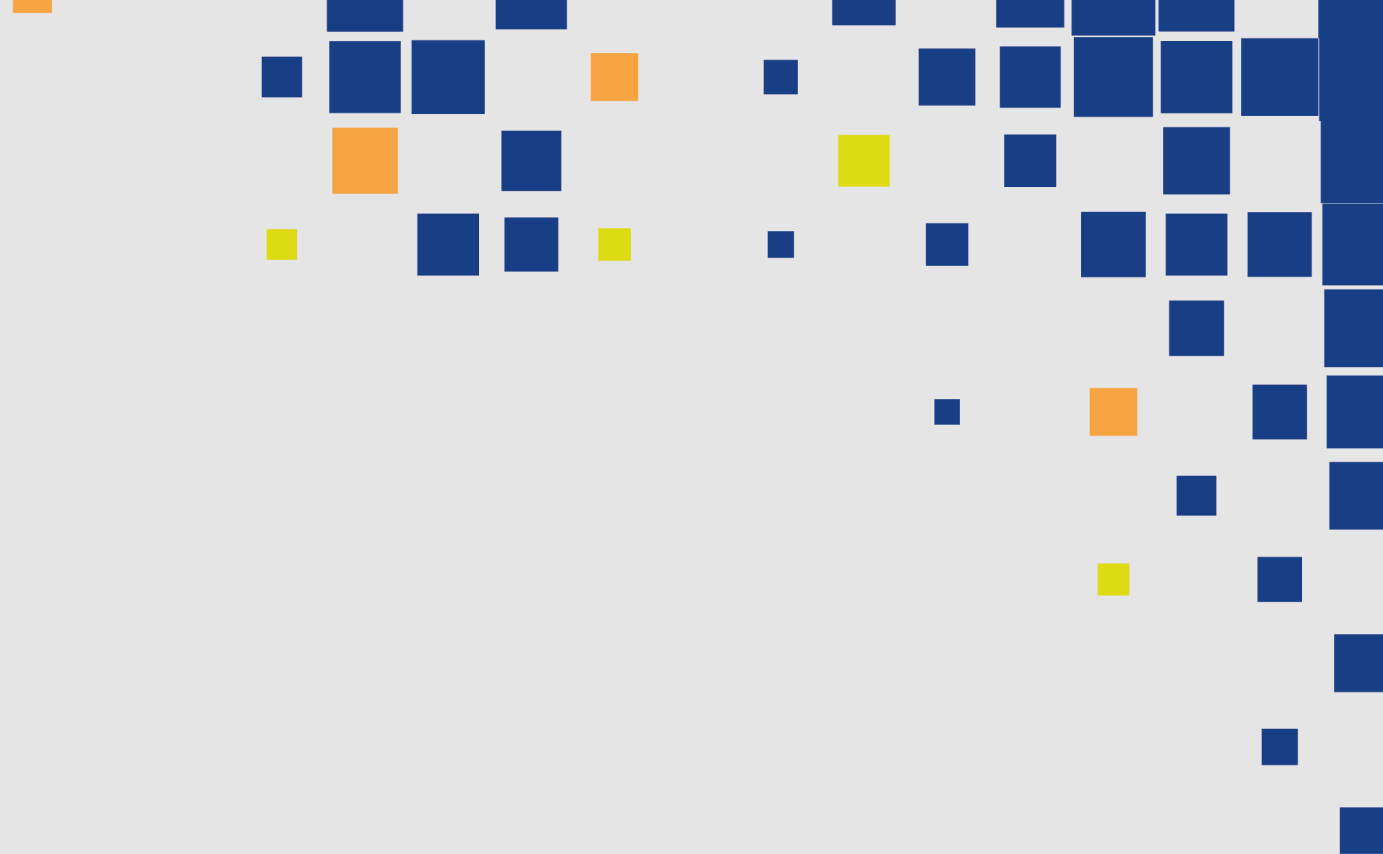
SOUZA, M. A. Globalização e Diversidade Linguística. In: SILVA, L. H. et al. (org.). **Tecnologias digitais e a educação contemporânea: desafios e perspectivas**. São Paulo: EdUSP, 2014. **p. 45-70**.

SAVEDRA, M. M. G.; HEYE, J. Línguas em contato: Aspectos sociolingüísticos e políticas de línguas minoritárias. In: AGUILERA, V. A et al. (org.). **Estudos Sociolingüísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL**. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras da UFMG, 2006. **p. 141-157**.

SPOLSKY, B. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, B. **Language policy. Cambridge**: Cambridge University Press, 2004.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **The world atlas of languages**. Paris: UNESCO Publishing, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/IIChC>. Disponível em 10 jun 2024



Módulo 2

Sociolinguística e Dinâmicas Normativas



Apresentação

Olá, estudante!

Neste Módulo 2, exploraremos a Sociolinguística e as Dinâmicas Normativas, duas áreas críticas para entender as interações entre língua, sociedade e identidade. Este módulo é dividido em duas unidades que investigam os complexos papéis que as línguas desempenham em contextos sociais diversos.

Na **Unidade 1**, discutimos o papel das línguas no tecido social, examinando como diferentes línguas são percebidas e valorizadas em várias esferas da sociedade e quais são as implicações dessas percepções para as políticas (sócio)linguísticas. Um foco particular será dado à noção de prestígio linguístico, muitas vezes associado a línguas oficiais ou dominantes, e como isso influencia a valorização de variantes linguísticas e dialetos minoritários. A partir de estudos de caso e teoria, investigaremos exemplos históricos de mudança de status linguístico mediante políticas (sócio)linguísticas, com ênfase nos processos de normalização e standardização.

A **Unidade 2** foca no bilinguismo e na diglossia como fenômenos sociolinguísticos, explorando suas manifestações em sociedades multilíngues e as tensões e conflitos resultantes. Analisaremos como o bilinguismo pode ser celebrado como uma riqueza cultural, mas também como pode ser fonte de conflito, especialmente em contextos nos quais as políticas (sócio)linguísticas promovem a assimilação a uma língua dominante. Estudaremos casos nos quais o bilinguismo é uma política oficial e situações em que ocorre a imposição linguística e como essas dinâmicas afetam as comunidades envolvidas.

Este módulo visa fornecer uma compreensão profunda de como as questões sociolinguísticas moldam as políticas linguísticas e, por extensão, as sociedades. Utilizaremos uma combinação de teoria, discussão crítica e análise de exemplos reais, com as ferramentas necessárias para entender e intervir nas dinâmicas linguísticas de maneiras informadas e éticas.

Ao concluir este módulo, espera-se que você tenha uma compreensão mais robusta de como as línguas funcionam, não apenas como ferramentas de comunicação, mas como poderosos indicadores de identidade cultural e social, influenciando tudo, desde a política pessoal até a global.

Vamos lá?!

Unidade 1

Transculturalidade em diferentes Contextos Sociais, Culturais e Linguísticos

Conhecer os estudos sobre as línguas e as interações sociais é fundamental para você compreender melhor como as políticas (sócio)linguísticas influenciam as identidades culturais. Nesta unidade, você irá explorar os conceitos de status, funções sociais e dinâmicas normativas das línguas.

O **status social** das línguas no mundo varia amplamente, refletindo as complexas interações entre fatores históricos, políticos, econômicos e culturais que moldam o uso e a percepção das línguas.

O *status* de uma língua é a posição que ela ocupa dentro de um determinado território ou comunidade, frequentemente regulamentada por leis e políticas estatais. Segundo Haugen (1972, p.325), “o *status* de uma língua é determinado por sua função dentro do sistema social e pela atitude dos falantes em relação a ela”.



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Ilustração abstrata de formas coloridas caindo e transformando-se em letras.

Vale destacar que o *status* de uma língua pode variar de oficial a regional, refletindo as dinâmicas de poder e as políticas (sócio)linguísticas de um país. Segundo Calvet (2007), as políticas (sócio)linguísticas desempenham um papel de destaque na definição e manutenção do status das línguas dentro de uma nação.

Segundo Abreu (2023), o *status* das línguas refere-se à posição oficial ou social que uma língua ocupa dentro de um determinado território ou comunidade. Este *status* “pode ser determinado por leis e políticas estatais que oficializam certas línguas para usos administrativos, educacionais e comunicacionais”.

Assim, o *status* de uma língua pode ser influenciado por sua oficialidade, prestígio, funcionalidade em diferentes contextos sociais e a política linguística adotada pelos governos, como percebe-se por exemplo em:



Línguas oficiais e cooficiais;



Línguas de trabalho;



Línguas veiculares;



Línguas de imigração;



Línguas regionais;



Línguas minoritárias;



Línguas de sinais; e outras.



Desde línguas globais até línguas minoritárias e em risco de extinção, cada uma desempenha um papel único nas comunidades em que é falada. O reconhecimento e a promoção dessas línguas são essenciais para preservar a diversidade linguística e cultural no cenário global.

Um estudo dos direitos linguísticos, desse modo, exige uma consolidada incursão nos meandros de ambas as ciências para que, a partir do conhecimento do funcionamento e dos usos das línguas nas sociedades, possamos compreender como os Estados nacionais interferem no status políticos dessas línguas, fazendo com que os seus falantes tenham mais ou menos acesso ao conjunto de direitos que podem ser considerados como constitutivos de uma “cesta básica” que garante o acesso a uma vida cidadã. (Abreu, 2023, p. 59).

As línguas desempenham diversas **funções sociais**, essenciais para a transmissão de conhecimentos, a expressão de identidades culturais e a mediação de relações sociais. Gumperz (1982, p. 47) afirma que “as funções sociais das línguas estão intrinsecamente ligadas à identidade cultural e à estrutura social da comunidade”.

As funções sociais, assim, “abrangem os diferentes papéis que as línguas desempenham nas interações sociais e culturais dentro de uma comunidade” (Abreu, 2023, p.18). Esses papéis podem incluir:



Comunicação cotidiana

Descrição da imagem:
Uma mulher conversando em língua de sinais.



Transmissão de conhecimento

Descrição da imagem:
Uma professora em sala de aula ensinando seus alunos.



Expressão de identidade cultural

Descrição da imagem:
Uma artista tocando violão e cantando.



Mediação de relações sociais e políticas; entre outras funções

Descrição da imagem:
Uma menina segurando um cartaz em protesto.

As **dinâmicas normativas** referem-se às regras e padrões que governam o uso das línguas e podem ser formais, como leis e políticas, ou informais, como práticas e atitudes sociais. Spolsky (2004, p.71) destaca que “as políticas linguísticas refletem ideologias subjacentes e moldam práticas linguísticas”.

De acordo com Cavalcanti (1999), a variação linguística, seja regional, social ou estilística, reflete a diversidade cultural e social de uma comunidade. A normatização, embora necessária para a padronização, pode excluir variações linguísticas e marginalizar dialetos regionais. Além disso, as políticas (sócio)linguísticas contemporâneas enfrentam o desafio de equilibrar a normatização com a preservação da diversidade linguística.

Nesse sentido, as dinâmicas normativas podem ser estabelecidas formalmente utilizando políticas (sócio)linguísticas e legislações específicas ou informalmente com práticas e atitudes sociais. Em outras palavras, essas dinâmicas “envolvem as regras e padrões que governam o uso das línguas dentro de uma sociedade, podendo ser estabelecidas formalmente por meio de políticas linguísticas e legislação” (Abreu, 2023, p. 71).

Como discutido por Berger (2015), as políticas de gestão do multilinguismo, especialmente em áreas de fronteira, como a do Brasil com o Paraguai, por exemplo, demonstram a complexidade de integrar diferentes línguas e culturas em um contexto educativo e social.

Saiba mais

A igualdade das línguas começa pelo nome: “[Todas se chamam línguas](#)”. Esse é o nome da campanha permanente de divulgação sobre a diversidade linguística e a igualdade linguística em Oaxaca, mantida pela Biblioteca de Pesquisa Juan de Córdova. A campanha “Todas se chamam línguas” visa promover a erradicação do uso depreciativo do termo “dialeto” para nomear as línguas indígenas. [Acesse a página da campanha](#).

No contexto brasileiro, a política linguística tem sido uma ferramenta essencial para a construção da identidade nacional. Faraco (2016) argumenta que a história sociopolítica da língua portuguesa no Brasil está intrinsecamente ligada aos processos de colonização e descolonização, que moldaram a diversidade linguística do país. A imposição do português padrão, muitas vezes em detrimento das línguas indígenas e outras línguas minoritárias, reflete uma tentativa de homogeneização linguística que pode levar à perda de patrimônios linguísticos valiosos (Thomaz, 2005).

As dinâmicas normativas, portanto, são fundamentais para compreender como as línguas são geridas e valorizadas em diferentes contextos. Oliveira (2011) destaca que a diversidade linguística no Brasil é uma riqueza que deve ser protegida e promovida com políticas

inclusivas que reconheçam a importância de todas as línguas, incluindo as línguas minoritárias, de imigração e de sinais.

A cooficialização de línguas em certas regiões, como menciona Morello (2015), é uma estratégia eficaz para valorizar e preservar essa diversidade.



Eric Terena, músico e ativista indígena, em entrevista à Exame:

A gente costuma dizer que nós somos raízes nessa natureza toda. E cada vez que essa raiz caminha, vai ramificando, vai sensibilizando os corações, por meio da música, por meio da comunicação, por meio da luta pelas políticas públicas, hoje, dos povos indígenas, que são escassas, em nome de tudo que a gente vive dentro da comunidade. (O FUTURO, 2022, 1'33"-1'48")

Unidade 2

Bilinguismo, Diglossia e Conflito Linguístico



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Balões de fala coloridos chocando-se uns com os outros.

A presença de múltiplas línguas ou variedades linguísticas em uma sociedade geralmente leva a disputas e desigualdades, sublinhando a importância de políticas sócio(linguísticas) que sejam inclusivas e equitativas.

Refleta! Quais seriam as causas e as consequências dos conflitos linguísticos no Brasil ou no seu país de origem?

No caso específico do Brasil, os conflitos linguísticos são causados pela diversidade linguística, principalmente pelo histórico de colonização em que a Língua Portuguesa foi imposta, além de políticas linguísticas inadequadas e urbanização acelerada, resultando em disputas pelo reconhecimento e uso de línguas.

Como consequências, podemos incluir a marginalização e a extinção de línguas indígenas, africanas e outras minoritárias, exacerbação da desigualdade social e educacional, erosão da identidade cultural e tensões sociais, afetando negativamente a diversidade cultural e a coesão social do país.

Em termos gerais, podemos dizer que tanto o **bilinguismo** quanto a **diglossia** podem dar origem a **conflitos linguísticos**, que surgem quando há disputas pelo reconhecimento e uso de línguas em uma sociedade. Esses conflitos refletem questões de identidade, poder, acesso a recursos e, geralmente, resultam em marginalização por preconceito linguístico e/ou extinção de línguas minoritárias.

Segundo Grosjean (1982), “o bilinguismo é a prática regular de duas ou mais línguas por um indivíduo ou comunidade, envolvendo uma alternância fluente entre elas em dife-



rentes contextos” (Grosjean, 1982, p. 78). Essa alternância pode ocorrer em diferentes domínios da vida, como em casa, na escola ou no trabalho.

O bilinguismo, assim, refere-se à capacidade de um indivíduo ou de uma comunidade de usar duas ou mais línguas de forma fluente. Esse fenômeno pode ocorrer de diferentes maneiras, como elencado a seguir.



Bilinguismo individual

Refere-se à capacidade de um único indivíduo ao usar duas línguas de forma fluente, ou seja, é a “habilidade de uma pessoa em utilizar duas línguas em diferentes contextos e situações, mantendo a fluência em ambas” (Cummins, 2001, p. 45).

No Canadá, especialmente em Quebec, muitas pessoas são bilíngues em inglês e francês desde o início do século XX. A educação bilíngue é comum e promovida pelo governo canadense. Se quiser conhecer esta realidade, [assista ao vídeo](#).



Bilinguismo societal

Refere-se à coexistência de duas ou mais línguas em uma comunidade ou sociedade, em que essas línguas têm funções específicas e reconhecidas socialmente. “O bilinguismo societal ocorre quando uma comunidade ou sociedade utiliza duas ou mais línguas, cada uma desempenhando papéis distintos em diferentes contextos sociais” (Baker, 2006, p. 112).



Multilinguismo

Refere-se ao uso e à fluência em três ou mais línguas. É uma forma mais abrangente do bilinguismo e pode envolver tanto indivíduos quanto comunidades. “O multilinguismo é a capacidade de usar mais de duas línguas de forma competente, geralmente encontrada em contextos onde várias línguas coexistem” (Hamers; Blanc, 2000, p. 87). Um exemplo de multilinguismo ocorre na Suíça, país que possui quatro línguas oficiais: alemão, que é a língua mais falada no país, usada por cerca de 63% da população; francês, falada por aproximadamente 23% dos suíços, predominando na região oeste do país; italiano, utilizada por cerca de 8% da população, principalmente na região sul, no cantão do Ticino; e romanche, a menos falada das quatro línguas oficiais, usada por cerca de 0,5% da população, principalmente no cantão de Grisões.

A diversidade linguística na Suíça reflete a sua composição multicultural e as políticas de respeito e promoção das diferentes línguas dentro do país. Segundo Haas (2004, p. 112), “a situação linguística na Suíça é um exemplo de diversidade bem administrada, onde quatro línguas oficiais coexistem e são promovidas por políticas governamentais eficazes”. De acordo com Holtus, Metzeltin e Schmitt (1990, p. 256), “a Suíça é um dos poucos países no mundo onde a diversidade linguística é não apenas reconhecida, mas também

integrada à estrutura social e política do país”. Wernli e Bickel (2006, p. 74) afirmam que “a política linguística da Suíça tem sido fundamental para manter a harmonia entre as diferentes comunidades linguísticas, refletindo um compromisso com a multiculturalidade e a inclusão”.



Trilinguismo

Especificamente, o uso de três línguas de forma fluente por um indivíduo ou dentro de uma comunidade. “O trilinguismo é uma realidade em muitas comunidades ao redor do mundo, onde as pessoas falam três línguas para facilitar a comunicação intercultural e internacional” (Grosjean, 2010, p. 123). A Bélgica, como por exemplo, possui 3 línguas oficiais: neerlandês (holandês), falado principalmente na região de Flandres e por cerca de 60% da população; francês, que predomina na região da Valônia e em Bruxelas, sendo falado por cerca de 40% da população; e alemão, utilizado por uma pequena comunidade na região oriental do país, representando menos de 1% da população.

A Bélgica é um país com uma rica diversidade linguística e cultural, refletida nas suas políticas de respeito e promoção das diferentes línguas oficiais. Segundo Blommaert (2013, p. 45), “a coexistência de múltiplas línguas na Bélgica é um exemplo de como políticas (sócio)linguísticas inclusivas podem promover a harmonia social”. De acordo com Janssens (2008, p. 122), “as políticas belgas de promoção do multilinguismo são fundamentais para a coesão nacional em um país com diferentes comunidades linguísticas”. Além disso, Van Parijs (2004, p. 67) destaca que “a Bélgica serve como modelo de como as políticas linguísticas podem ser usadas para reforçar a identidade nacional enquanto se respeita a diversidade cultural”.



Segunda língua

Qualquer língua aprendida após a língua materna, frequentemente no contexto educacional ou por necessidade social. “A segunda língua é adquirida após a infância e frequentemente utilizada em contextos específicos, como educação ou trabalho” (Baker, 2006, p. 94). Como exemplo, o Japão, país no qual o inglês é amplamente ensinado como segunda língua nas escolas desde o pós-guerra, por necessidade social e educacional.



Code-switching

Alternância entre duas ou mais línguas ou variedades de uma língua na conversação. É uma prática linguística dinâmica e adaptativa que ocorre em diversos contextos ao redor do mundo, refletindo a diversidade linguística e cultural de cada país”. O *code-switching* é uma estratégia comum em contextos bilíngues e multilíngues para facilitar a comunicação, refletindo a competência linguística dos falantes” (Hamers; Blanc, 2000, p. 103). Um exemplo clássico ocorre em Singapura, com o uso de *singlish*, uma mistura de Inglês com várias línguas locais como o malaio, o mandarim e o tâmil. Em Filipinas possui o *taglish*,

uma mistura de tagalog e inglês, que é amplamente utilizado em Manila e outras áreas urbanas em conversas cotidianas. No caso do *spanglish*, falantes de Espanhol e Inglês misturam elementos das duas línguas em suas interações diárias. Esse fenômeno é particularmente comum em comunidades bilíngues nos Estados Unidos, pois os hispano-americanos utilizam tanto o espanhol quanto o inglês, alternando entre as duas línguas de acordo com o contexto da conversação.



Interlíngua

É um conceito utilizado principalmente em contextos de aprendizagem de segunda língua, na qual os aprendizes “mesclam” os elementos de sua língua nativa (materna ou primeira língua) com a língua-alvo (a ser aprendida). Trata-se de um sistema linguístico temporário, ou seja, “uma fase natural no processo de aquisição de L2, onde os aprendizes misturam regras da L1 e L2” (Grosjean, 2010, p. 139). Esse fenômeno pode ser observado em diversos países e contextos. Nos Estados Unidos, por exemplo, muitos imigrantes que estão aprendendo Inglês como segunda língua criam uma interlíngua que mistura Inglês com a sua língua originária. Por exemplo, falantes de espanhol podem usar estruturas gramaticais deste enquanto falam Inglês, resultando em frases como “She no go to school” em vez de “She doesn’t go to school”



Língua de herança

Língua falada por membros de uma comunidade que tem uma herança cultural ou étnica em comum, mas que pode não ser a língua dominante da sociedade em que vivem, ou seja, “[...] é uma língua que os falantes mantêm como parte de sua identidade cultural, muitas vezes aprendida no ambiente familiar” (Baker, 2006, p. 76). Os descendentes de japoneses no Brasil, por exemplo, muitas vezes mantêm o japonês como uma linguagem de herança, apesar de viverem em um ambiente predominantemente lusófono, desde a imigração em massa no início do século XX.



Translinguagem

Prática de alternar entre diferentes línguas ou variedades linguísticas de maneira fluida e dinâmica durante a comunicação, refletindo a competência linguística completa dos falantes bilíngues ou multilíngues. Ao contrário do *code-switching*, a “[...] translinguagem reflete a competência linguística completa dos falantes bilíngues, permitindo-lhes alternar entre diferentes línguas de maneira fluida” (Spolsky, 2004, p. 152). Os imigrantes haitianos no Brasil frequentemente praticam a translinguagem, alternando entre crioulo haitiano, francês e português para se comunicar efetivamente em diferentes contextos desde que chegaram ao nosso país após o terremoto de 2010.

Segundo Hamel (1993) o bilinguismo pode enriquecer a vida cultural e social, mas também pode ser fonte de conflito quando não é adequadamente gerido.

O bilinguismo na educação pode trazer uma série de benefícios cognitivos e sociais, além de desafios específicos. Programas educacionais bilíngues, como os de imersão, em que as crianças aprendem conteúdos em duas línguas, têm mostrado resultados positivos em termos de proficiência linguística e desempenho acadêmico. De acordo com Baker (2006, p. 112), “crianças que participam de programas bilíngues tendem a ter melhores habilidades cognitivas, como flexibilidade mental e criatividade”. No entanto, é importante que tais programas sejam bem estruturados e que os professores sejam devidamente capacitados para lidar com as necessidades dos alunos bilíngues (García, 2009).

Enquanto o bilinguismo envolve a fluência e o uso alternado de duas ou mais línguas, a **diglossia** refere-se à coexistência de duas variedades de uma única língua, com usos sociais claramente definidos e separados.

Em uma situação de bilinguismo, um indivíduo pode alternar entre línguas diferentes conforme o contexto ou a necessidade comunicativa. Na diglossia, as variedades linguísticas são empregadas de acordo com as normas sociais que determinam o uso apropriado para cada contexto (geralmente, formal vs informal).

Charles Ferguson foi um dos precursores ao definir a diglossia, explicitando que “é uma situação em que duas variedades da mesma língua coexistem em uma comunidade, com cada uma delas tendo funções sociais específicas e não sobrepostas” (Ferguson, 1959, p. 336). O autor introduziu os conceitos de variedades high (H) e low (L) no estudo da diglossia em 1959.

Saiba mais

Charles A. Ferguson (1921-1998) foi um linguista e professor estadunidense da Universidade de Stanford. É considerado um dos fundadores da sociolinguística e um dos maiores pesquisadores da diglossia. [Saiba mais.](#)

Esses conceitos referem-se a duas variedades distintas de uma mesma língua usadas em diferentes contextos sociais. Entenda a seguir.

H A **variedade high (H)**, traduzida em português como “alta”, é usada em contextos formais e públicos, como na literatura, nos discursos oficiais, na educação e nos meios de comunicação. Essa variedade é considerada a forma prestigiada da língua e é geralmente aprendida na escola.

L A **variedade low (L)**, traduzida em português como “baixa”, é usada em contextos informais e cotidianos, como em conversas familiares, entre amigos e em situações de comunicação informal e casual. Essa variedade é adquirida naturalmente no ambiente familiar, do lar e, apesar de ser amplamente utilizada, não possui o mesmo prestígio da variedade alta.

Em diversas culturas ao redor do globo, observamos a coexistência das variedades de uma mesma língua, em que cada variedade está associada a distintos contextos de uso. Nos países árabes, por exemplo, o árabe clássico e os dialetos regionais coexistem, embora seus contextos de uso não sejam os mesmos. Esse fenômeno se repete em países como a Suíça, a China e o Brasil. Confira os exemplos a seguir.



Nos países árabes, por exemplo, o **árabe clássico** ou árabe moderno padrão é a língua de prestígio, ou seja, a variedade alta (H), usada em contextos formais como discursos oficiais, literatura, mídia e, também, ensinada nas escolas. Já os **dialetos regionais** são usados na conversação diária e em todos os contextos informais, ou seja, é a variedade baixa (L). Como definido por Ferguson (1959, p. 336), “[...] o árabe clássico é a variedade alta, enquanto os dialetos regionais são considerados variedades baixas”.



O **mandarim padrão** (mandarim de Pequim ou mandarim do norte) é a língua oficial e ensinada nas escolas, ou seja, é considerado como uma variedade alta (H). Os **dialetos regionais** do mandarim na China são considerados como variedades baixa (L), com diferenças significativas em pronúncia, vocabulário e gramática, dependendo da região. Alguns dos principais dialetos regionais do Mandarim incluem o Nordeste (províncias de Heilongjiang, Jilin e Liaoning), Noroeste (províncias de Shanxi, Gansu e Ningxia), Sudoeste (Sichuan, Yunnan, Guizhou e partes do Hubei e Guangxi), Jilu (províncias de Hebei e Shandong) e Zhongyua (províncias de Henan e partes de Shanxi, Shaanxi e Anhui).



Na Suíça, o alemão padrão é reservado para contextos formais e escritos, principalmente em jornais e escolas, ou seja, é uma variedade alta (H). Já o alemão suíço é a língua falada nas interações diárias e em situações informais, ou seja, é a variedade baixa (L).



No Brasil, conforme Souza (2019, p. 52), “[...] é visível na oposição entre o português formal e o coloquial” (Souza, 2019, p. 52). Em outras palavras, temos o português formal como variedade alta (H), utilizado em contextos educacionais, oficiais e nas mídias e a variedade baixa (L) o português falado no dia a dia.

Como definida por Calvet (2007), a diglossia refere-se à coexistência de duas variedades de uma língua, em que uma é considerada de prestígio e a outra, popular. Essa dinâmica pode levar a conflitos linguísticos, especialmente em contextos nos quais a variedade de prestígio é imposta como padrão.

Os conflitos linguísticos podem surgir de várias formas, incluindo a resistência à imposição de uma língua dominante e a luta pela preservação de línguas minoritárias. Maher (2013) discute como políticas de resistência têm sido empregadas por comunidades minoritárias no Brasil para preservar suas línguas e culturas diante da pressão de assimilação.

De acordo com Calvet (2002, p.89), “os conflitos linguísticos frequentemente refletem tensões sociais e políticas mais amplas, resultando em marginalização e perda de línguas”. As consequências desses conflitos podem incluir a extinção de línguas minoritárias, a assimilação cultural forçada (como aconteceu no período de colonização do Brasil, por exemplo) e a perda de identidade cultural (May, 2001).

Para gerenciar esses conflitos e promover um ambiente linguístico saudável, é essencial empreender políticas de gestão do bilinguismo e da diglossia. Isso inclui a criação de programas educacionais bilíngues e a promoção de uma atitude positiva em relação à diversidade linguística. Exemplos de políticas incluem o reconhecimento de línguas regionais e minoritárias em sistemas educacionais e na administração pública (Ricento, 2006).

As políticas (sócio)linguísticas, então, desempenham um papel decisivo na gestão do bilinguismo e da diglossia, influenciando diretamente a preservação e promoção das línguas em uma sociedade.

As políticas inclusivas podem promover a **coexistência harmoniosa** de múltiplas línguas, enquanto políticas excludentes podem levar à **marginalização** de línguas minoritárias. Segundo Spolsky (2004, p. 14), “as políticas linguísticas devem ser formuladas considerando a diversidade linguística e as necessidades específicas das comunidades de falantes”. A relação entre língua, identidade e cultura é profunda e complexa, especialmente no contexto do bilinguismo e da diglossia.

As línguas não são apenas meios de comunicação, mas também símbolos de identidade cultural e pertença. De acordo com Grosjean (1982, p. 78), “para muitos bilíngues, a língua está intimamente ligada à sua identidade pessoal e cultural”. O bilinguismo pode



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Ilustração de um megafone erguido com a mão.

enriquecer a identidade cultural de uma pessoa, proporcionando uma compreensão mais ampla e inclusiva de diferentes culturas (Cavalli, 2005).

Portanto, os conflitos linguísticos, por sua vez, refletem as tensões e disputas que podem surgir em situações de bilinguismo e diglossia, muitas vezes exacerbando questões de identidade e poder.

Considerações finais

Ao concluirmos este módulo, podemos refletir juntos sobre a importância das línguas como elementos fundamentais para a construção das identidades culturais e sociais. Você percebeu como as discussões nas duas unidades evidenciam que as políticas (sócio)linguísticas e as dinâmicas normativas desempenham papéis cruciais na valorização ou marginalização das línguas? Essas práticas influenciam diretamente as relações de poder dentro das sociedades.

Na **Unidade 1**, analisamos como o status social das línguas e suas funções são moldados por fatores históricos, políticos, econômicos e culturais. Você compreendeu como o prestígio atribuído a determinadas línguas ou variantes linguísticas pode reforçar hierarquias sociais e, muitas vezes, marginalizar dialetos e línguas minoritárias? A valorização da diversidade linguística exige políticas que reconheçam e promovam todas as línguas, respeitando as identidades culturais de seus falantes.

A **Unidade 2** trouxe à tona a complexidade do bilinguismo e da diglossia, destacando como esses fenômenos podem ser tanto uma riqueza cultural quanto uma fonte de conflito. O bilinguismo, quando bem gerido, pode enriquecer a vida cultural e social de uma comunidade. No entanto, também pode gerar tensões se as políticas linguísticas não forem inclusivas. Da mesma forma, a diglossia expõe a necessidade de reconhecer e valorizar as variedades linguísticas em seus contextos sociais apropriados, evitando a imposição de uma variedade sobre outra.

O estudo das dinâmicas normativas revelou a importância de um equilíbrio entre a padronização e a preservação da diversidade linguística. As políticas (sócio)linguísticas devem ser formuladas com uma compreensão profunda das realidades sociais e culturais dos falantes, promovendo a inclusão e a equidade. Você concorda que a gestão do multilinguismo em áreas de fronteira, como discutido no contexto do Brasil-Paraguai, exemplifica os desafios e as oportunidades de integrar diferentes línguas e culturas em políticas públicas eficazes?

A marginalização de línguas minoritárias reforça hierarquias sociais, invisibilizando identidades e culturas.



Em suma, este módulo nos mostrou que as línguas são muito mais do que ferramentas de comunicação; elas são poderosos indicadores de **identidade cultural e social**. As políticas (sócio)linguísticas, quando alinhadas com os princípios de direitos humanos e res-

peito à diversidade, podem promover sociedades mais justas e inclusivas. Ao reconhecer a complexidade das interações entre língua, sociedade e identidade, estamos mais bem preparados para desenvolver e levar a cabo políticas que celebrem e preservem a riqueza da diversidade linguística mundial.

Certamente, a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos neste módulo pode começar com pequenos passos que fazem uma grande diferença. Pense em como você pode influenciar positivamente a percepção das línguas minoritárias em sua comunidade. Talvez promovendo eventos culturais que celebrem a diversidade linguística local ou apoiando iniciativas de ensino bilíngue em escolas.

Outra abordagem é sensibilizar aqueles ao seu redor sobre a importância de valorizar todas as línguas. Pode ser por intermédio de conversas informais, palestras ou mesmo utilizando as redes sociais para compartilhar informações e histórias que destacam a riqueza da diversidade linguística. Você pode, por exemplo, criar conteúdos educativos que mostrem como as diferentes línguas contribuem para a formação da identidade cultural de um povo.

Ademais, considere envolver-se em projetos de pesquisa ou em voluntariado que visem a preservação e revitalização de línguas ameaçadas. Existem várias organizações e grupos que trabalham para manter vivas as línguas que estão em risco de extinção. Participar desses esforços não só amplia seus horizontes, mas também contribui para um objetivo maior de preservação cultural.

Por fim, é essencial apoiar políticas públicas que promovam a inclusão e a equidade linguística. A participação ativa em debates e fóruns sobre políticas (sócio)linguísticas pode influenciar decisões governamentais e ajudar a criar um ambiente mais favorável à diversidade. Você pode, por exemplo, escrever cartas aos representantes políticos, participar de petições ou mesmo integrar comitês que trabalhem nessa área.

Ao aplicarmos esses conhecimentos de forma prática, estaremos não apenas preservando a riqueza linguística de nosso mundo, mas também construindo sociedades mais inclusivas e equitativas. A jornada para promover a diversidade linguística é contínua e cada um de nós pode contribuir para esse objetivo. Que possamos continuar aprendendo e agindo em prol de um futuro no qual todas as línguas e culturas sejam respeitadas e celebradas.

Vamos levar adiante as lições aprendidas neste módulo, aplicando-as em nossos contextos locais e globais, para contribuir para um mundo no qual todas as línguas e culturas possam florescer e ser respeitadas!

Até a próxima!

Referências

- ABREU, P. **Estudos dos direitos linguísticos**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2023.
- BAKER, C. **Foundations of bilingual education and bilingualism**. 4. ed. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.
- BERGER, M. **Políticas de gestão do multilinguismo em áreas de fronteira**. Porto Alegre: Editora Fronteiras, 2015.
- CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- CALVET, L. J. **Linguística e ideologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CAVALCANTI, M. **Variação linguística e diversidade cultural**. Campinas: Editora Pontes, 1999.
- CAVALLI, M. **Língua e identidade cultural**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CUMMINS, J. **Language, power, and pedagogy: bilingual children in the crossfire**. Clevedon: Multilingual Matters, 2001.
- FARACO, C. **História sociopolítica da língua portuguesa no Brasil**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FERGUSON, C. Diglossia. **Word**, v. 15, n. 2, p. 325-340, 1959.
- GARCÍA, O. **Bilingual education in the 21st century: a global perspective**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.
- GROSJEAN, F. **Life with two languages: an introduction to bilingualism**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- GROSJEAN, F. **Bilingual: Life and Reality**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.
- GUMPERZ, J. **Discourse Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HAAS, W. **Introduction to the Swiss language situation**. 2004.
- HAUGEN, E. **The ecology of language**. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- HAMEL, Rainer Enrique. **Políticas y planificación del lenguaje: una introducción**. In: Iztapalapa, n. 29. México, 1993.
- HAMERS, J.; BLANC, M. **Bilinguality and bilingualism**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. **Lexikon der romanistischen linguistik**. Banda V,I: Französisch. Tübingen, Max Niemeyer, 1990.

JANSSENS, Rudi. **Language use in Brussels and the position of dutch**. Brussels studies [En ligne], Collection générale, n. 13, 2008. Disponível em: <https://link.ufms.br/9UNMV>. Acesso em 05 jun 2024.

MAHER, T. **Políticas de resistência e preservação de línguas minoritárias no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2013.

MAY, S. **Language and minority rights: ethnicity, nationalism and the politics of language**. 2. ed. New York: Routledge, 2012.

MORELLO, R. **Cooficialização de línguas: uma estratégia eficaz**. Brasília: Editora Nacional, 2015.

O FUTURO é ancestral: na ONU, arte e cultura indígenas inspiram movimento para hackear o capitalismo. Publicado pelo canal Exame, 2022. 1 vídeo (13 min). Disponível em: <https://link.ufms.br/r08i4>. Acesso em: 16 out. 2024.

OLIVEIRA, M. **A diversidade linguística no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Universitária, 2011.

RICENTO, T. **An introduction to language policy: theory and method**. Malden: Wiley-Blackwell, 2006.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Contexto, 2002.

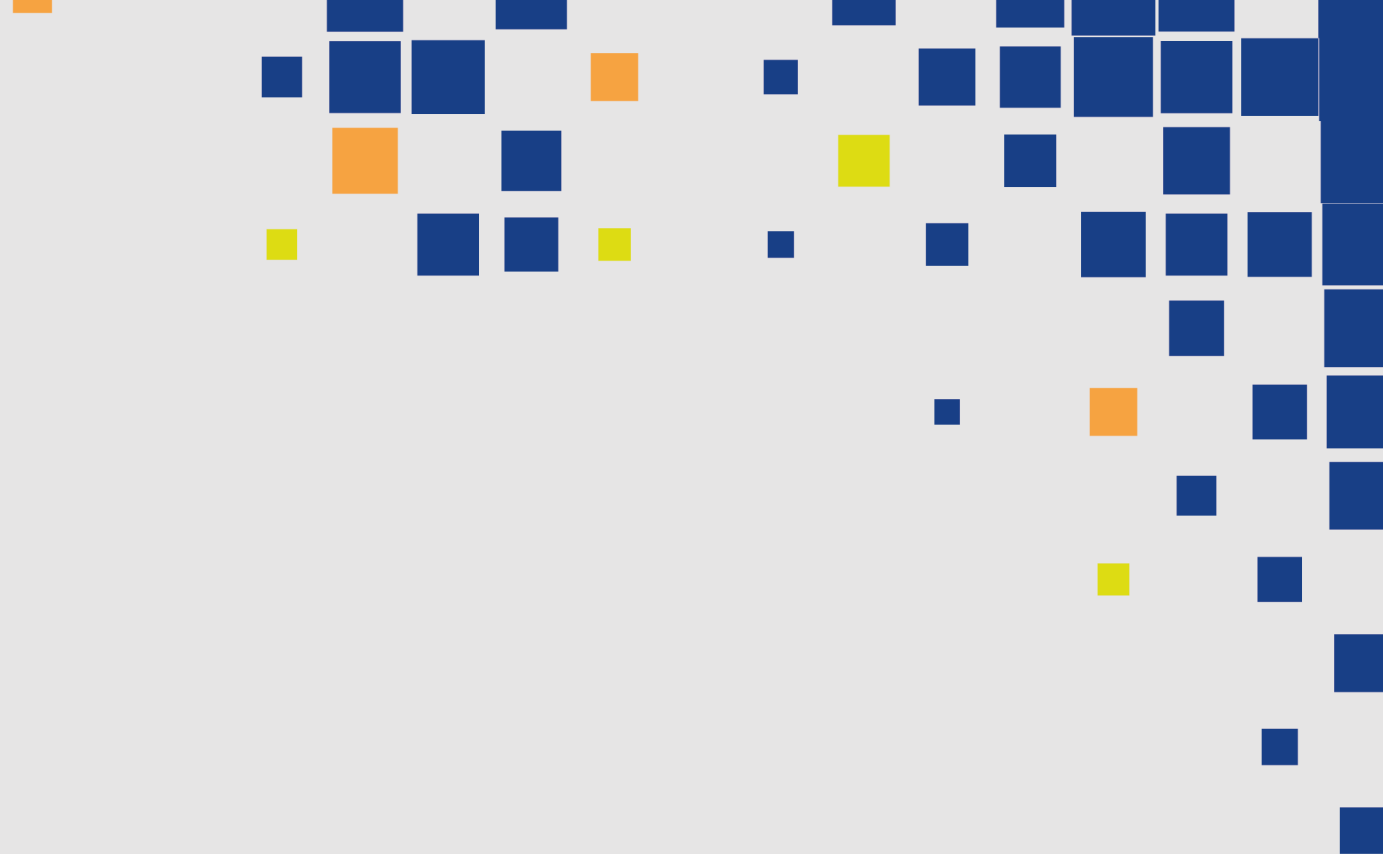
SOUZA, A. **A oposição entre o português formal e coloquial no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Letras, 2019.

SPOLSKY, B. **Language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

THOMAZ, Karina Mendes. **A Língua Portuguesa no Brasil: uma política de homogeneização linguística**. Dissertação (Mestrado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro 2005.

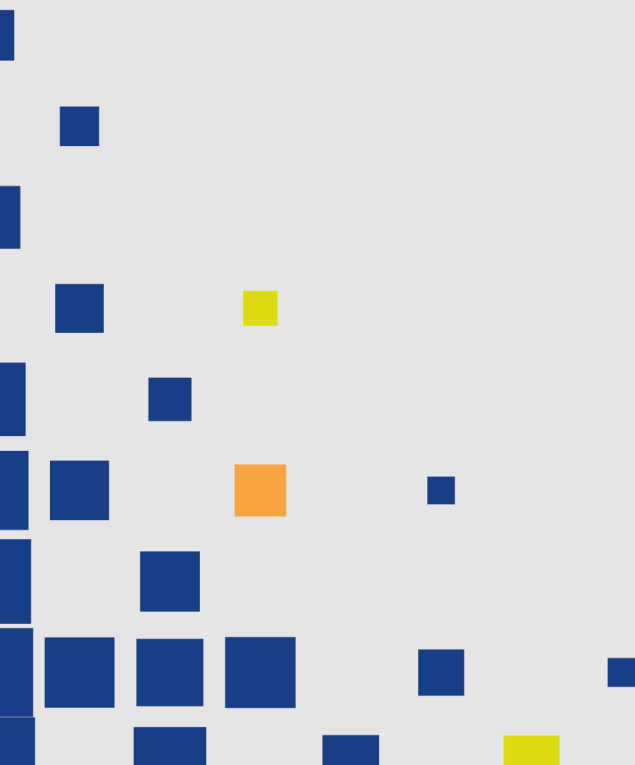
VAN PARIJS, P. **Cultural diversity versus economic solidarity: is there a tension?**. Bruxelas: De Boeck, 2004.

WERNLI, Bettina; BICKEL, Beatrice. **Linguistic diversity in Switzerland: insights from a multilingual country**. 2006.



Módulo 3

Políticas Linguísticas e Ativismo



Apresentação

Olá, estudante!

Neste Módulo 3, você irá explorar as intrincadas relações entre as políticas (sócio)linguísticas, o ensino de línguas e o ativismo, abordando como essas práticas influenciam e são influenciadas pelo contexto social e cultural.

Na **Unidade 1**, discutimos as políticas de ensino de línguas e a expansão do mercado linguístico. Abordamos como as políticas educacionais moldam o ensino de línguas, desde o reconhecimento de línguas oficiais até a inclusão de línguas minoritárias nos currículos escolares. Analisamos exemplos concretos, como a obrigatoriedade do ensino de inglês no Brasil e a (pró)revitalização de línguas indígenas, destacando a importância dessas políticas na promoção da diversidade linguística. Além disso, exploramos a expansão do mercado linguístico, observando como a globalização e a internacionalização das economias impulsionam a demanda por serviços linguísticos e profissionais qualificados.

Na **Unidade 2**, focamos nas minorias linguísticas, seus direitos e o papel do ativismo linguístico. Investigamos os desafios enfrentados por comunidades que falam línguas minoritárias, incluindo as indígenas e de imigração e discutimos políticas públicas que visam garantir seus direitos linguísticos. Exemplos incluem a cooficialização de línguas na Espanha e a promoção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil. Também examinamos casos de ativismo linguístico, como os movimentos de revitalização da língua Maori na Nova Zelândia e iniciativas de defesa das línguas indígenas no Brasil. Esses exemplos ilustram como a mobilização social pode contribuir para a preservação e valorização das línguas minoritárias, promovendo a inclusão e a equidade.

Este módulo convida você a refletir sobre a importância das políticas (sócio)linguísticas e do ativismo na construção de uma sociedade mais justa e diversificada. Vamos juntos explorar essas questões e entender como podemos contribuir para a promoção e preservação da diversidade linguística!

Vamos lá?!

Unidade 1

Educação Linguística e a produção da Cultura Escolar



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Foto de uma apostila de estudo de inglês, com óculos colocado sobre a página e canetas ao lado.

Dentre os autores “clássicos” da cultura escolar, selecionamos André Chervel, Jean-Claude Forquin, Dominique Julia e António Vinão Frago. Este tipo de seleção implica, inevitavelmente, a ausência de outros autores importantes. Contudo, o procedimento é necessário e didático.

Cabe ressaltar que o presente texto não comporta uma abordagem aprofundada de cada um dos “clássicos” nem pretende fazer comparações. Nossa intenção é oferecer, em poucas linhas, uma ideia básica do que esses estudiosos pesquisaram. Dito isso, vamos aos sujeitos e suas obras, seguindo uma ordem cronológica que não corresponde ao “status” de cada autor, no mundo acadêmico.

As **políticas de ensino** e a expansão do **mercado linguístico** são conceitos centrais na compreensão da dinâmica linguística em contextos diversos e na promoção da diversidade cultural e linguística. Essas políticas envolvem ações e diretrizes estabelecidas por governos, instituições educacionais e organizações internacionais para regulamentar, promover e preservar línguas em diferentes contextos.

As políticas de ensino referem-se às estratégias e ações realizadas por entidades governamentais e educacionais para a promoção do ensino de línguas. Essas políticas podem variar desde a obrigatoriedade do ensino de uma língua oficial até a inclusão de línguas (minoritárias ou não) nos currículos escolares. O objetivo principal dessas políticas é garantir que os cidadãos adquiram competências linguísticas que lhes permitam participar plenamente na sociedade.

Um exemplo de política de ensino é a inclusão do ensino de línguas estrangeiras nos currículos escolares. Isso visa preparar os alunos para um mundo globalizado, no qual a comunicação em múltiplas línguas é uma vantagem competitiva. Além disso, essas políticas podem buscar a revitalização de línguas indígenas e minoritárias, promovendo a preservação da diversidade linguística.

A expansão do mercado linguístico envolve a promoção e a valorização de línguas em contextos econômicos e culturais. Isso pode ocorrer mediante iniciativas que incentivem o aprendizado de línguas estrangeiras, a produção de materiais didáticos, a tradução e interpretação, e a globalização de serviços linguísticos.



A globalização e a internacionalização das economias têm impulsionado a demanda por serviços linguísticos, como a tradução e interpretação.

Empresas e organizações precisam se comunicar em diversos idiomas para alcançar mercados globais, o que gera uma demanda crescente por profissionais capacitados. Além disso, a indústria do ensino de línguas, incluindo escolas de idiomas e plataformas online, tem se expandido significativamente.

As políticas de ensino e a expansão do mercado linguístico desempenham papéis cruciais na promoção da diversidade linguística e cultural. Elas não apenas facilitam a comunicação e a integração em um mundo globalizado, mas também contribuem para a preservação de línguas ameaçadas e para a valorização da identidade cultural. A compreensão e a execução eficaz dessas políticas são essenciais para construir sociedades mais inclusivas e diversificadas.

A globalização tem transformado profundamente as políticas de ensino de línguas em diferentes países, promovendo certas línguas e marginalizando outras. A globalização econômica e cultural aumentou a necessidade de comunicação transnacional, tornando o domínio de línguas globais, como o inglês, essencial para a participação em mercados de trabalho internacionais. Isso é evidente no Brasil, com o ensino obrigatório do inglês, desde a LDB (Brasil, 1996, p. 34).

Além do inglês, outras línguas, como o mandarim e o espanhol, também têm ganhado destaque devido ao crescimento econômico da China e à proximidade geográfica e cultural da América Latina. Por outro lado, línguas indígenas e minoritárias muitas vezes são negligenciadas.

Conforme destaca Rajagopalan (2003, p. 75), “[...] as dinâmicas de poder e hegemonia global favorecem as línguas dos países economicamente dominantes, marginalizando aquelas de regiões menos influentes”.

A **educação bilíngue e multilíngue** é uma prática crescente que busca valorizar a diversidade linguística e promover a proficiência em mais de uma língua. Ela tem sido tema de políticas de ensino ao redor do mundo, destacando a importância do ensino de línguas para o fortalecimento cultural e a integração social. Encontramos esforços nesse sentido no Brasil, através de políticas públicas, instituições privadas e plataformas digitais, e em outros contextos, como na União Europeia e na Espanha. Entenda como, a seguir.



No **Brasil**, programas como o [Programa Nacional de Educação Escolar Indígena](#) visam a preservação das línguas indígenas com educação bilíngue. Esses programas enfrentam desafios significativos, como a escassez de materiais didáticos e professores qualificados. Nos aprofundaremos na situação brasileira mais à frente.

No contexto internacional, a **União Europeia** é um exemplo de sucesso no que se refere à políticas de educação multilíngue. A política da União Europeia promove o ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras desde a infância, visando melhorar as habilidades linguísticas e promover a compreensão intercultural (Comissão Europeia, 2008, p. 45).

Na Finlândia, por exemplo, “[...] os alunos começam a aprender a primeira língua estrangeira no terceiro ano escolar e a segunda no quinto ano, refletindo uma abordagem robusta e estruturada para o ensino de línguas” (Comissão Europeia, 2008, p. 46).



As **instituições privadas** desempenham um papel na expansão do mercado linguístico, oferecendo diversas oportunidades para o aprendizado de línguas. No Brasil, escolas de idiomas como Cultura Inglesa, Aliança Francesa e Instituto Cervantes são exemplos de instituições que contribuem significativamente para a promoção do aprendizado de línguas estrangeiras (Melo; Costa, 2020, p. 790).

Além das escolas tradicionais, **plataformas digitais** como Duolingo e Babbel têm possibilitado o acesso ao aprendizado de línguas, tornando-o mais acessível e flexível.

Essas plataformas utilizam tecnologias digitais para oferecer cursos de idiomas personalizados, atraindo milhões de usuários em todo o mundo. Segundo Melo e Costa (2020, p. 795), “[...] a digitalização do ensino de línguas tem potencializado o alcance das instituições privadas, permitindo que mais pessoas adquiram habilidades linguísticas essenciais para o contexto globalizado”.



Internacionalmente, a **Espanha** oferece um modelo robusto de valorização das línguas minoritárias com suas políticas de cooficialização do catalão, do basco e do galego. Essas línguas têm seus direitos garantidos por leis regionais que asseguram seu uso na educação, administração pública e meios de comunicação (May, 2012, p. 50). Essas políticas públicas não só preservam a diversidade linguística, mas também fortalecem a identidade cultural e a coesão social.

As **dinâmicas de poder e hegemonia global** têm uma influência significativa na valorização de determinadas línguas no mercado linguístico. Línguas dos países economicamente poderosos, como o inglês, são promovidas globalmente, enquanto línguas de países menos influentes são frequentemente marginalizadas. No contexto brasileiro, essa tendência é evidente na predominância do inglês nas políticas educacionais e no mercado de trabalho (Rajagopalan, 2003, p. 77).

Nos Estados Unidos, a demanda por aprendizado de línguas como o espanhol e o mandarim reflete a influência econômica e cultural da América Latina e da China. Em contraste, línguas indígenas e outras minoritárias enfrentam desafios significativos para serem valorizadas e preservadas. Conforme destaca Calvet (2007, p. 62), “[...] as relações de poder global influenciam quais línguas são vistas como valiosas e merecedoras de investimento”.

As políticas de ensino de línguas e a expansão do mercado linguístico são fundamentais para a valorização da diversidade cultural e para a preparação dos indivíduos para um mercado de trabalho globalizado. No Brasil, diversas leis e diretrizes estabelecem as bases para essas políticas, promovendo o ensino de línguas estrangeiras e a preservação das línguas minoritárias. Elencamos a seguir algumas delas.

Lei nº 9.394/1996

A [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#), Lei nº 9.394/1996, é a principal legislação que regulamenta a educação no Brasil. Ela estabelece que o ensino de uma língua estrangeira moderna, preferencialmente o inglês, é obrigatório a partir do ensino fundamental. A LDB também destaca a importância da educação bilíngue para comunidades indígenas, assegurando o direito de aprender em sua língua materna e em português (Brasil, 1996, p. 34).

BNCC

Além da LDB, outra legislação de destaque no contexto educacional brasileiro é a [Base Nacional Comum Curricular \(BNCC\)](#), que define as aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver. A BNCC inclui diretrizes para o ensino de línguas estrangeiras modernas, enfatizando a proficiência linguística e a compreensão intercultural. Segundo a BNCC, o ensino de língua estrangeira deve promover competências comunicativas significativas em contextos reais (Brasil, 2018, p. 56).

Lei nº 11.161/2005

A [Lei nº 11.161/2005](#) torna obrigatório o ensino da língua espanhola nas escolas de Ensino Médio do Brasil, a partir do terceiro ano do ensino fundamental, como disciplina optativa. Essa lei visa ampliar a comunicação e a integração com os países da América Latina, refletindo a importância geopolítica e cultural do espanhol na região (Brasil, 2005, p. 2).

Lei nº 10.436/2002

Outra política significativa é a [Lei nº 10.436/2002](#), que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil. É um exemplo de política que promove a inclusão e a valorização de uma língua minoritária. Esta lei estabelece que o ensino da Libras deve ser incluído na formação de professores e no currículo escolar, promovendo a inclusão de estudantes surdos (Brasil, 2002, p. 3). A regulamentação dessa lei é detalhada no [Decreto nº 5.626/2005](#), que também estabelece diretrizes para a formação de intérpretes de Libras (Brasil, 2005, p. 2).

Lei nº 13.005/2014

O Plano Nacional de Educação (PNE), [Lei nº 13.005/2014](#), estabelece metas e estratégias para a educação no Brasil até 2024. Entre suas metas, destaca-se a valorização das línguas indígenas e a promoção de programas de educação bilíngue para comunidades indígenas. O PNE enfatiza a importância da formação de professores para atuar em contextos bilíngues e multilíngues (Brasil, 2014, p. 78).

Decreto nº 7.387/2010

Além dessas leis, o [Decreto nº 7.387/2010](#) institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), que tem como objetivo identificar, documentar e promover as línguas faladas no Brasil, especialmente as línguas indígenas e de imigração, garantindo sua preservação e valorização (Brasil, 2010, p. 2).

A expansão do mercado linguístico no Brasil também é evidenciada pelo crescimento de instituições privadas e plataformas digitais. Instituições como Cultura Inglesa, Aliança Francesa e Instituto Cervantes oferecem cursos de línguas estrangeiras para diferentes faixas etárias e níveis de proficiência. Além disso, plataformas digitais de aprendizado de idiomas, como *Duolingo* e *Babbel*, refletem a demanda crescente por aprendizado de línguas on-line (Melo; Costa, 2020, p. 790).

Nos Estados Unidos, a demanda por aprendizado de línguas estrangeiras tem impulsionado o mercado linguístico, com um aumento significativo no número de estudantes matriculados em cursos de línguas estrangeiras, como espanhol, chinês e árabe, nas escolas secundárias e universidades. A criação de programas de imersão linguística e de intercâmbio cultural também contribui para a expansão desse mercado (Kaplan, 2013, p. 120).

No contexto global, a União Europeia promove o ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras desde a infância, como parte de sua política para fomentar o multilinguismo e a mobilidade entre os cidadãos europeus. Na Finlândia, os alunos começam a aprender sua primeira língua estrangeira no terceiro ano escolar e uma segunda língua estrangeira no quinto ano (Comissão Europeia, 2008, p. 45).

Essas políticas e iniciativas refletem o compromisso do Brasil e de outros países com a promoção da diversidade linguística e a preparação de cidadãos para um mundo cada vez mais interconectado. A valorização das línguas estrangeiras e das línguas minoritárias é essencial para a construção de uma sociedade inclusiva e multicultural.

As políticas de ensino de línguas devem, portanto, ser cuidadosamente planejadas para equilibrar a necessidade de ensino de línguas globais com a preservação e valorização das línguas locais e minoritárias. Isso pode ser alcançado por meio de programas de educação bilíngue ou multilíngue, no qual os estudantes aprendem tanto uma língua global quanto a sua língua nativa. Tais programas não só promovem a diversidade linguística, mas também fortalecem as identidades culturais e comunitárias (García, 2009, p. 112).



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Placas de informação bilíngues, em chinês e inglês.

Além disso, é preciso que as políticas linguísticas reconheçam e respeitem os direitos linguísticos dos indivíduos, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade em sua língua materna. Isso é particularmente importante para as comunidades indígenas e outras minorias linguísticas, cujas línguas são frequentemente ameaçadas pela hegemonia das línguas majoritárias (Abreu, 2018, p. 89).

A expansão do mercado linguístico também envolve questões de poder e hegemonia. As línguas que dominam o mercado linguístico global muitas vezes refletem e reforçam relações de poder existentes, nas quais as línguas dos países mais influentes economicamente ganham destaque em detrimento das línguas de países menos poderosos (Rajagopalan, 2003, p. 77). Portanto, a discussão sobre políticas de ensino de línguas deve incluir uma análise crítica dessas dinâmicas de poder e buscar maneiras de promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades linguísticas.

Em suma, as políticas de ensino de línguas e a expansão do mercado linguístico refletem necessidades globais e especificidades locais. A globalização favorece línguas globais como o inglês, enquanto línguas minoritárias enfrentam desafios para sua preserva-

ção. Iniciativas bilíngues e multilíngues, tanto no Brasil quanto no exterior, destacam a importância de políticas inclusivas para a diversidade linguística. Instituições privadas e plataformas digitais democratizam o acesso ao aprendizado de línguas, tornando o mercado linguístico mais acessível. Políticas públicas são essenciais para valorizar línguas minoritárias e construir uma sociedade justa. Reconhecer as dinâmicas de poder é crucial para uma distribuição equitativa de recursos linguísticos. Portanto, políticas equilibradas e práticas educacionais inclusivas são fundamentais para promover justiça social e diversidade linguística em um mundo globalizado.

Unidade 2

Minorias Linguísticas, Direitos Linguísticos e Ativismo



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Ilustração de um punho fechado e erguido, texturizado com uma série de palavras

As **minorias linguísticas** são grupos de indivíduos que falam uma língua diferente da língua dominante ou oficial de uma determinada região ou país. Essas línguas podem incluir idiomas de comunidades indígenas, línguas de imigrantes e línguas de sinais usadas por pessoas surdas.

Frequentemente, estas minorias enfrentam desafios para preservar e promover suas línguas, especialmente em contextos nos quais as políticas (sócio) linguísticas e educacionais favorecem as línguas majoritárias.

Segundo Calvet (2007, p. 15), “[...] as minorias linguísticas são formadas por comunidades que, por razões históricas, culturais ou políticas, mantêm línguas diferentes daquelas que são promovidas pelos estados nacionais”. Estas comunidades possuem uma herança cultural e linguística única, que é essencial para a diversidade cultural global.

A Unesco (2010, p. 27) destaca que “cada língua carrega uma visão de mundo própria e única, e a perda de uma língua significa a perda de uma parte inestimável da cultura humana”. Portanto, proteger as línguas minoritárias é uma forma de proteger o patrimônio cultural imaterial.

No Brasil, as minorias linguísticas incluem comunidades indígenas que falam cerca de 200 línguas diferentes, além de comunidades de imigrantes e a comunidade surda, que utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras). A Constituição Federal de 1988 reconhece a importância de proteger as línguas, garantindo a essas comunidades o direito de manter suas tradições linguísticas e culturais (Brasil, 1988, p. 49).

As políticas públicas são fundamentais para promover a inclusão e a equidade. Bagno (2002, p. 89) argumenta que “[...] é necessário desenvolver políticas linguísticas que reconheçam e valorizem as línguas minoritárias, assegurando seu uso nos sistemas educacionais e nos serviços públicos”. Essas políticas ajudam a garantir que as minorias linguísticas possam participar plenamente da vida social, econômica e cultural do país.

A Biblioteca de Pesquisa Juan de Córdova mantém uma campanha permanente de divulgação sobre a diversidade linguística e a igualdade linguística em Oaxaca, no México.



A ação, intitulada [“Todas se chamam línguas”](#), visa promover a erradicação do uso depreciativo do termo “dialeto” para nomear as línguas indígenas.

Os direitos linguísticos são uma categoria de direitos humanos que garantem a indivíduos e comunidades o direito de usar, preservar e desenvolver sua língua em diferentes esferas da vida. Esses direitos incluem o acesso à educação na língua materna, o uso de línguas minoritárias em serviços públicos, e a proteção contra a discriminação linguística. A importância dos direitos linguísticos reside na preservação da diversidade cultural e na promoção da inclusão social.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, proclamada em Barcelona em 1996, é um dos documentos fundamentais que reconhece esses direitos. Conforme a declaração, “[...] toda comunidade linguística tem o direito de organizar e administrar seus próprios recursos para garantir a sobrevivência e a transmissão de sua língua” (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, 1996, p. 8).

A [Constituição Federal de 1988](#) reconhece a importância dos direitos linguísticos, ao assegurar a preservação das línguas indígenas e garantir que essas comunidades tenham o direito de manter suas tradições e culturas (Brasil, 1988, p. 49). Além disso, a Lei nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, promovendo a inclusão social da comunidade surda (Brasil, 2002, p. 3).

Saiba mais

A *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, também conhecida como **Declaração de Barcelona**, é um documento elaborado pela UNESCO, o PEN Clube e várias organizações não governamentais em 1996, com o objetivo de apoiar os direitos linguísticos, especialmente das línguas ameaçadas de extinção. Este documento foi aprovado ao final da Conferência Mundial sobre Direitos Linguísticos, realizada de 6 a 9 de junho de 1996, em Barcelona, Espanha. [Conheça a declaração.](#)

Um fato relevante é que a declaração universal foi construída em alinhamento com as recomendações do documento conhecido como Declaração do Recife, elaborado em 1987 durante um congresso na Faculdade de Direito do Recife, da UFPE, na cidade do Recife, capital de Pernambuco, Brasil.

Bagno (2002, p. 45) ressalta que “[...] os direitos linguísticos são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as línguas e culturas sejam

respeitadas e valorizadas”. Ele argumenta que, sem o reconhecimento e a promoção desses direitos, as línguas minoritárias correm o risco de desaparecer, levando consigo valiosas tradições culturais e conhecimentos.

Normatizar e fazer valer os direitos linguísticos é um grande desafio, especialmente em contextos nos quais as políticas governamentais favorecem as línguas majoritárias. Segundo Calvet (2007, p. 92), “[...] as políticas linguísticas muitas vezes refletem as dinâmicas de poder e hegemonia cultural, marginalizando as línguas minoritárias e dificultando sua preservação”. Portanto, é fundamental que as políticas públicas sejam desenvolvidas de maneira a promover a inclusão linguística e cultural.

Um exemplo de sucesso na promoção dos direitos linguísticos é a política de cooficialização das línguas na Espanha. O catalão, o basco e o galego têm direitos garantidos por leis regionais que asseguram seu uso na educação e na administração pública (May, 2012, p. 50). Essas políticas demonstram que é possível criar um ambiente inclusivo para que as línguas sejam valorizadas e preservadas.

Comunidades linguísticas têm o direito de preservar, promover e desenvolver sua língua e cultura, assegurando a transmissão para as futuras gerações.

Indivíduos e comunidades têm o direito de produzir, acessar e consumir conteúdo midiático e cultural em sua língua materna, incluindo televisão, rádio, literatura, cinema e internet.

É também um direito linguístico a inclusão das línguas em documentos oficiais, sinalizações públicas e formulários administrativos.



Fonte: [Pixabay](#)

Descrição da imagem: Foto de 5 pessoas com vestimentas maori, incluindo artefatos de madeira semelhantes a espadas, pinturas corporais, colares e adereços no cabelo.

A Nova Zelândia é um exemplo notável de como os direitos linguísticos podem ser promovidos e exercidos com sucesso.

O movimento de revitalização do maori, a língua indígena do país, tem sido bastante eficaz. Por meio de programas de imersão linguística, rádio e televisão em maori, e a inclusão do maori no currículo escolar, houve um aumento significativo no número de falantes da língua (Chrispi, 2000, p. 67). Esses esforços são um exemplo de como políticas educacionais e culturais podem apoiar a preservação de línguas minoritárias.

Saiba mais

Os Maori são internacionalmente conhecidos pelo Haka. O Haka é uma dança tradicional maori da Nova Zelândia, reconhecida por sua intensidade e significado cultural profundo. Segundo Pereira (2018, p. 45), “o haka é uma forma de expressão que combina movimentos corporais vigorosos com vocalizações fortes, utilizada pelos maoris em diversas ocasiões, como recepções cerimoniais, celebrações e eventos esportivos”. Esta dança é marcada por gestos faciais, batidas de pés e palmas, sendo uma manifestação de identidade e orgulho cultural para o povo maori. Assista a uma apresentação do Haka.

No Brasil, a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, é um marco significativo na promoção dos direitos linguísticos. Esta lei garante à comunidade surda o direito de usar Libras em todas as esferas da vida, incluindo a educação e o acesso aos serviços públicos (Brasil, 2002, p. 3). A promulgação dessa lei representa um avanço importante na inclusão social das pessoas surdas.

[Neste portal](#), você acessa as principais leis que regulamentam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), além de assuntos relacionados à surdez.



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Foto de uma mulher jovem, vestindo camisa branca com listras azuis, fazendo um sinal em Libras.

Apesar dos avanços, a implementação dos direitos linguísticos enfrenta diversos desafios. Em muitos países, as políticas governamentais ainda favorecem as línguas majoritárias, o que pode resultar na marginalização das línguas minoritárias. Além disso, a falta de recursos e de formação adequada para professores e profissionais que atuam com línguas minoritárias torna essa fase mais complexa. Bagno (2002, p. 89) destaca que “[...] é necessário desenvolver políticas linguísticas que reconheçam e valorizem as línguas minoritárias, assegurando seu uso nos sistemas educacionais e nos serviços públicos”.

Os direitos linguísticos são fundamentais para a promoção da inclusão social, da diversidade cultural e da igualdade de oportunidades. Garantir que todas as línguas sejam respeitadas e valorizadas é essencial para a construção de sociedades justas e equitativas. A partir de políticas públicas inclusivas e do apoio ao ativismo linguístico, é

possível proteger as línguas minoritárias e assegurar que todas as comunidades linguísticas possam viver com dignidade e participar plenamente da vida social, econômica e cultural.

O ativismo linguístico desempenha um papel importante na promoção dos direitos linguísticos das minorias. Movimentos de revitalização linguística, como o que ocorreu com a língua Maori na Nova Zelândia, demonstram que é possível reverter o processo de declínio linguístico por meio de políticas educacionais e culturais bem planejadas (Chrispi, 2000, p. 67).

As minorias linguísticas enfrentam desafios significativos em um mundo no qual as línguas majoritárias frequentemente dominam as esferas públicas e privadas. No entanto, essas comunidades também possuem uma rica herança cultural e linguística que é essencial preservar e valorizar.

Vê-se, portanto, que a expressão na língua materna é um direito do indivíduo e da comunidade a que pertence. Em muitos países, no entanto, as políticas linguísticas favorecem as línguas majoritárias, marginalizando as línguas minoritárias. Isso pode resultar na perda gradual dessas línguas e na erosão das identidades culturais associadas a elas.

Portanto, é essencial que os governos adotem políticas inclusivas que promovam a aprendizagem e o uso das línguas minoritárias em todas as esferas da vida. Bagno (2002, p. 45) argumenta que “a marginalização das línguas minoritárias é um reflexo das dinâmicas de poder que favorecem as línguas dos grupos dominantes”.

No ano de 2022, em contrafluxo à tendência de marginalização, iniciou-se um movimento importante para o mundo: a [Década Internacional das Línguas Indígenas - DILI](#) (2022-2032), instituída na Assembleia Geral das Nações Unidas, em resposta às demandas de ação efetiva e contínua em prol do reconhecimento, da valorização e manutenção das línguas indígenas, apresentadas em 2019 como o “Ano Internacional das Línguas Indígenas”.

A DILI busca mobilizar diferentes instituições, grupos e indivíduos, além de recursos, para a preservação, revitalização e promoção dessas línguas, incentivando a adoção de medidas imediatas de salvaguarda.



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Ilustração de anciã indígena ensinando sua neta a esculpir com argila.

Nesse escopo, vamos conhecer alguns exemplos de ativismo linguístico no Brasil e no mundo? Já citamos aqui os casos da língua maori, na Nova Zelândia, da Libras, no Brasil, e da multiplicidade de línguas na Espanha. Existem muitos outros exemplos, que inclusive somam esforços à proposta da DILI. Confira alguns a seguir.



No **Brasil**, foram criados dois Grupos de Trabalho (GT) da DILI: GT Línguas Indígenas e GT Português Indígena. Todos os GTs possuem representação por estado e por região.

Os GTs foram constituídos por representantes e organizações indígenas, tais como: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais. E, também, instituições governamentais e não governamentais, entidades indigenistas, científicas, universidades públicas e privadas.

Além disso, o programa [Idiomas sem Fronteiras \(IsF\)](#), no Brasil, é uma iniciativa do Ministério da Educação que busca promover o ensino de línguas estrangeiras para estudantes e servidores de instituições de ensino superior, contribuindo para a internacionalização da educação brasileira.



Na **França**, em Paris, no ano de 2020, foi lançado o Grupo de Trabalho Mundial da DILI, no qual a brasileira Altaci Kokama tem nos representado.



No **Paraguai**, o guarani é cooficial junto com o espanhol, resultado de anos de ativismo que culminaram na promoção do bilinguismo no país (Melià, 2010, p. 102).



Existem diversas campanhas e iniciativas que visam proteger e revitalizar as línguas indígenas no **Canadá**, incluindo a criação de programas educacionais e a promoção de políticas públicas que apoiam o uso dessas línguas (Nunes, 2015, p. 73). De modo geral, os povos indígenas do Canadá compreendem três grupos principais: as Primeiras Nações, os Inuit e os Métis. Para saber mais, [assista ao vídeo](#).



No **México**, foi elaborada [La Declaración de Los Pinos \(2020\)](#), que institui os fundamentos para a elaboração do Plano de Ação Global para a DILI, estabelecendo como princípio norteador a participação efetiva dos povos indígenas, tendo como lema “Nada sobre nós sem nós”.

Atenção: a DILI foi um dos resultados da celebração do Ano Internacional das Línguas Indígenas, e teve seus princípios de atuação estabelecidos na Declaração de Los Pinos (Chapultepec).

É necessário compreendermos que todas as ações desenvolvidas na Década Internacional das Línguas Indígenas nos permitirão um espaço acadêmico-científico mais colabo-

rativo em um período para melhor articular as ações em parcerias nacionais e internacionais, promovendo diálogos em rede, a fim de construir políticas (sócio)linguísticas mais eficientes para as línguas indígenas no Brasil e no mundo.

A luta pelos direitos linguísticos é uma luta pela justiça social. Garantir que todas as línguas e culturas sejam respeitadas e valorizadas é essencial para a construção de sociedades equitativas e harmoniosas. Com ativismo eficiente e políticas inclusivas, é possível promover a diversidade linguística e proteger as línguas minoritárias da extinção.

Considerações finais

Neste módulo, ficou evidente que as políticas (sócio)linguísticas desempenham um papel crucial na promoção da diversidade cultural e na garantia dos direitos linguísticos das minorias. As iniciativas de ensino bilíngue e multilíngue, assim como a expansão do mercado linguístico, são ferramentas essenciais para fortalecer a inclusão social e a preservação das línguas ameaçadas e, portanto, devem ser incentivadas.

No Brasil, leis como a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), exemplificam os esforços para promover a equidade linguística. Além disso, programas de educação bilíngue para comunidades indígenas e de imigrantes, garantidos pela Constituição Federal de 1988, refletem o compromisso com a preservação das línguas e culturas.

A globalização, por um lado, facilita a comunicação e integração global, mas também impõe desafios às línguas minoritárias, que muitas vezes são marginalizadas em favor de línguas dominantes como o inglês. Assim, é fundamental que as políticas públicas sejam desenvolvidas com uma abordagem crítica, que considere as dinâmicas de poder e trabalhe para equilibrar a promoção das línguas globais com a preservação das línguas locais e maternas.

O **ativismo linguístico** tem mostrado que é possível reverter o declínio das línguas minoritárias, construindo políticas educacionais bem planejadas e programas de revitalização. A Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), destaca a importância de ações coordenadas e contínuas para o reconhecimento e valorização das línguas em todo o mundo.

Ativismo linguístico é transformar marginalização em resistência e celebração de línguas e culturas. ”

Em suma, a valorização da diversidade linguística e a promoção de políticas (sócio)linguísticas inclusivas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A proteção dos **direitos linguísticos** deve ser vista como um componente essencial dos direitos humanos, garantindo que todas as comunidades linguísticas possam preservar suas línguas e culturas para as futuras gerações. Em outras palavras, é imperativo que continuemos a pensar políticas que não só respeitem, mas também celebrem a diversidade linguística como um patrimônio inestimável da humanidade.

Para alcançar esses objetivos, é necessário um compromisso contínuo por parte dos governos, organizações internacionais e sociedade civil. As políticas de ensino devem ser adap-

tadas para incluir línguas minoritárias nos currículos escolares, garantindo que as novas gerações possam aprender e valorizar suas línguas maternas desde a infância. Além disso, os programas de formação de professores especializados em educação bilíngue e multilíngue são essenciais para proporcionar uma educação de qualidade em contextos complexos.

A tecnologia também desempenha um papel importante na promoção da diversidade linguística. Plataformas digitais de aprendizado de línguas, como Duolingo e Babbel, têm democratizado o acesso ao ensino de idiomas, tornando-o mais acessível e flexível. Essas ferramentas podem ser adaptadas para incluir línguas minoritárias, oferecendo recursos educativos que ajudem na preservação e promoção dessas línguas. Além disso, a criação de conteúdo digital em línguas minoritárias, como aplicativos, sites e redes sociais, pode contribuir significativamente para a sua visibilidade e uso cotidiano.

Outro aspecto importante é a sensibilização da sociedade acerca da importância da diversidade linguística. Campanhas de conscientização e eventos culturais podem ajudar a promover o respeito e a valorização das línguas minoritárias, destacando sua relevância para a identidade cultural e a coesão social. A colaboração entre governos, ONGs, instituições educacionais e comunidades linguísticas é vital para o desenvolvimento de políticas eficazes.

A experiência de países como a Nova Zelândia e a Espanha mostra que é possível criar políticas inclusivas e bem-sucedidas que apoiam a preservação das línguas minoritárias. Essas políticas não só beneficiam as comunidades linguísticas diretamente envolvidas, mas também enriquecem a sociedade como um todo, promovendo um ambiente multicultural e inclusivo.

Portanto, as políticas (sócio)linguísticas devem ser vistas como uma prioridade estratégica para a promoção da justiça social e da diversidade cultural. O reconhecimento e a valorização das línguas minoritárias são essenciais para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e equitativas. Ao garantir que todas as línguas tenham espaço e valor, estamos também garantindo que todas as culturas possam florescer e contribuir para o patrimônio global da humanidade. A continuidade e o fortalecimento das políticas de ensino de línguas e do ativismo linguístico são fundamentais para alcançar esses objetivos, promovendo um futuro no qual a diversidade linguística seja verdadeiramente respeitada.

Obrigada!

Referências

- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília: 5 out. 1988. Disponível em: <https://link.ufms.br/QKDrp>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <https://link.ufms.br/KyunJ>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.
- CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- CALVET, L. J. **Linguagem e políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CHRISPI, M. Revitalização da língua Maori na Nova Zelândia. **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 12, n. 3, p. 67-89, 2000.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Multilingualism**: an asset for Europe and a shared commitment. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2008.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS**. Barcelona, 1996. Disponível em: <https://link.ufms.br/D9r0l>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- GARCÍA, O. Educação bilíngue para o século XXI: introdução. In: GARCÍA, O.; BAKER, C. (org.) **Bilingual education**: an introductory reader. Clevedon: Multilingual Matters, 2009. p. 1-26.
- MAY, S. **Language and minority rights**: ethnicity, nationalism and the politics of language. 2. ed. New York: Routledge, 2012.
- MELO, P.; COSTA, L. A. Expansão do mercado linguístico e plataformas digitais. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada (D.E.L.T.A)**, v. 20, n. 4, 2020 p. 790-810.
- PEREIRA, João. **Cultura Maori**: Tradições e Rituais. Auckland: Editora Kiwi, 2018.
- RAJAGOPALAN, K. Línguas globais e o ensino de línguas: uma reflexão crítica. In: RAJAGOPALAN, K. **Linguagem e globalização**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 75-97.
- SOUZA, A. O ativismo linguístico e a Libras. **Cadernos de Estudos Surdos**, v. 4, n. 1, 2002 p. 5-25,
- UNESCO. **Atlas of the world's languages in danger**. 3. ed. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://link.ufms.br/2yitj>. Acesso em: 18 jun. 2024.



AGEAD

Agência de Educação
Digital e a Distância